

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019, 2018 e
2017**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13
Balancos patrimoniais	19
Demonstrações do resultado	20
Demonstrações do resultado abrangente	21
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	22
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	23
Demonstrações do valor adicionado	24
Notas explicativas às demonstrações financeiras	25

Farmácia e Drogarias Nissei S.A.
CNPJ 79.430.682/0001-22
Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Curitiba, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2020 – A Farmácia e Drogarias Nissei S.A., apresenta a suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

As demonstrações da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Sumário

Sumário – Valores em R\$ mil	2017	2018	2019
Nº de Lojas	246	282	298
Nº de Funcionários *	4.437	5.100	5.319
Receita Bruta	1.271.445	1.384.164	1.551.526
Lucro Bruto (R\$)	449.718	460.216	506.974
Lucro Bruto (%)	35,4%	33,2%	32,7%
EBITDA (R\$)	92.091	63.135	136.681
EBITDA (%)	7,2%	4,6%	8,8%
Resultado do Exercício (R\$)	12.961	(16.073)	(14.241)
Resultado do Exercício (%)	1,0%	-1,2%	-0,9%

* Desconsiderando funcionários afastados

Introdução

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos, produtos alimentícios de conveniência em geral e serviços correlatos a agente de saúde.

Constantemente a administração da Companhia avalia o desempenho de suas operações e resultados de suas lojas, direcionando as estratégias comerciais, definindo locais e formato de expansão através de novos pontos comerciais, formas de vendas pelo *omnichannel* (diversos canais em que a empresa atua, inclusive digitais) e mix de produtos e serviços que são colocados a disposição dos clientes. Conforme a estratégia e resultados obtidos, a administração também estuda o encerramento de unidades deficitárias com resultados abaixo do esperado, bem como a migração de pontos comerciais de forma a buscar melhores resultados.

Entidades controladas

A Companhia possui investimento na Empresa Nissei Administradora de Bens Ltda., tendo como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros.

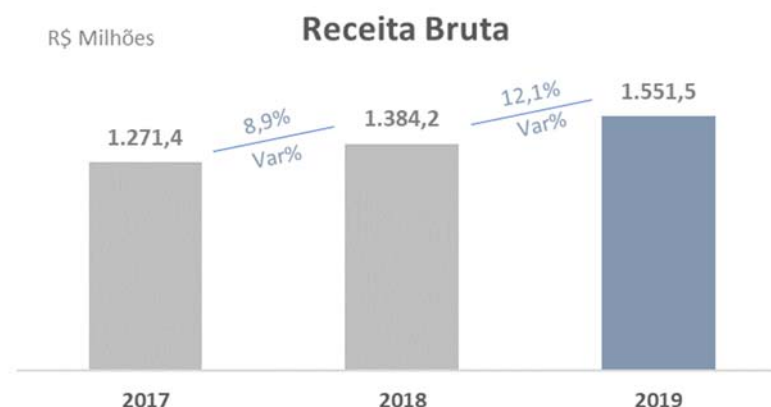
Investimentos

Os investimentos no ano de 2019 totalizaram R\$ 23,2 milhões, em comparação com R\$ 74,6 milhões em 2018 e R\$ 26,9 milhões em 2017. Os investimentos têm sido direcionados principalmente na abertura de novas lojas, reformas das lojas atuais e na atualização tecnológica. Em 2018 o nível de investimentos foi superior aos demais anos em função da capitalização da Companhia via emissão de Debênture e o plano de revitalização e abertura de lojas com a utilização de parte significativa destes recursos.

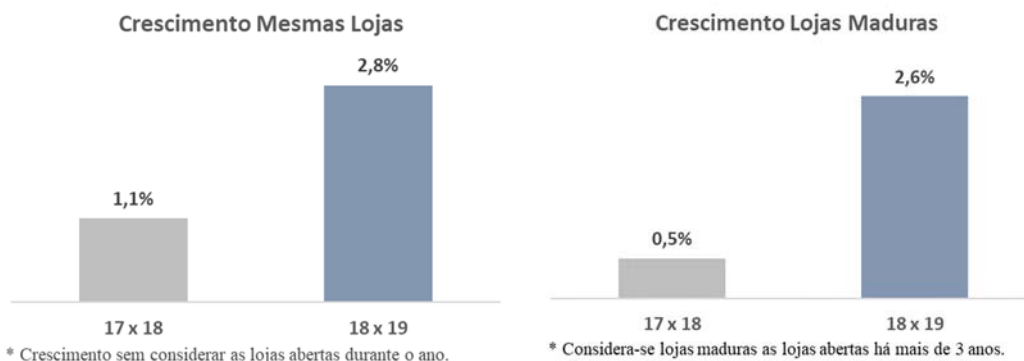
Investimentos	2017	2018	2019
Expansão/Reformas	22.060	62.006	18.169
Tecnologia da Informação (TI)	2.618	8.645	2.412
Terrenos e Edificações	1.988	1.430	613
Veículos	77	2.020	1.812
Outros	177	535	212
Total	26.920	74.636	23.218

Receita Bruta

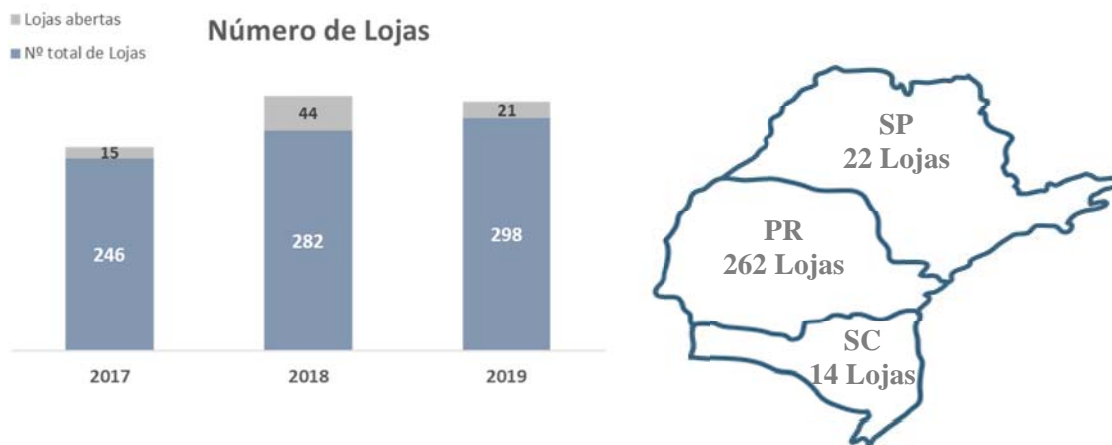
Receita bruta total de 2019 foi de R\$ 1.551,5 milhões, superando em 12,1% os valores realizados de 2018, quando foi de R\$ 1.384,2 milhões, com crescimento de 8,9% sobre o resultado de 2017, quando a receita bruta atingiu R\$ 1.271,4. No acumulado do período apresentado, de 2017 a 2019, a receita bruta registrou um crescimento de R\$ 280,1 milhões, ou 22,0%. O crescimento da receita foi decorrente principalmente da abertura de novas lojas no período, do processo de maturação das lojas existentes e do crescimento de lojas já maduras.



O crescimento médio da venda de mesmas lojas (*Same Store Sales - SSS*) em 2019 foi de 2,8%, 1,7 p.p. acima do registrado em 2018. Observamos um crescimento médio também da venda de lojas maduras (*Mature Same Store Sales - MSSS*) de 2,6%, também 2,1 p.p. acima do crescimento registrado em 2018. Importante mencionar que o crescimento apresentado é afetado do prazo necessário para maturação das novas lojas.

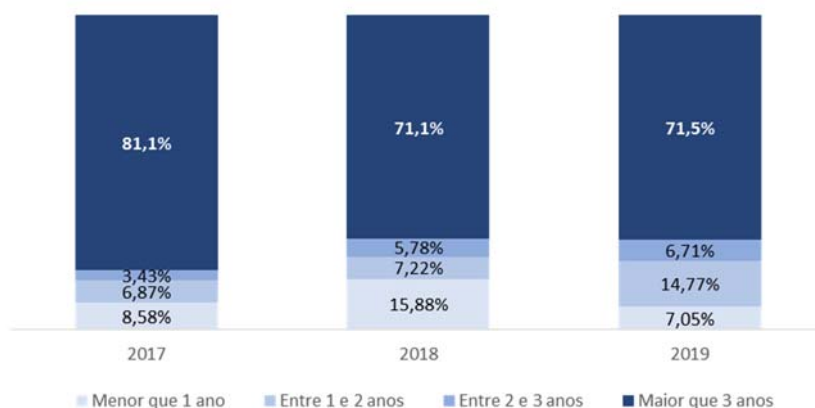


Nos últimos três anos inauguramos 80 novas lojas, sendo 21 nos últimos 12 meses. A empresa permanece com a estratégia de expansão visando a um crescimento sustentável e equilibrado.



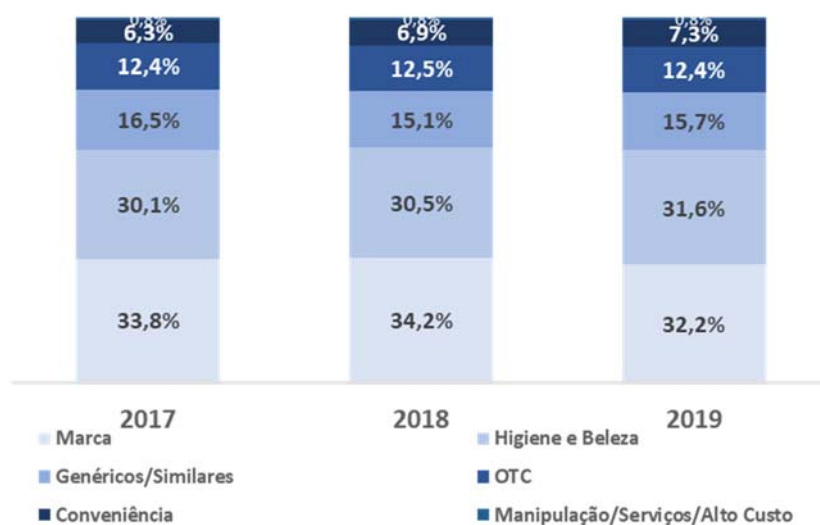
Em dezembro de 2019 a empresa contava com um total de 71,5% das lojas maduras (abertas há de 3 anos) e 28,5% ainda em curva de maturação, em 2018 as lojas maduras representavam 71,1%, já em 2017 esse número era de 81,1%. A distribuição etária foi impactada pela abertura de novas lojas durante o período.

Distribuição Etária do Portifólio de Lojas



Mix de Vendas

Mix de Vendas



O mix de vendas se manteve praticamente estável durante o período apresentado.

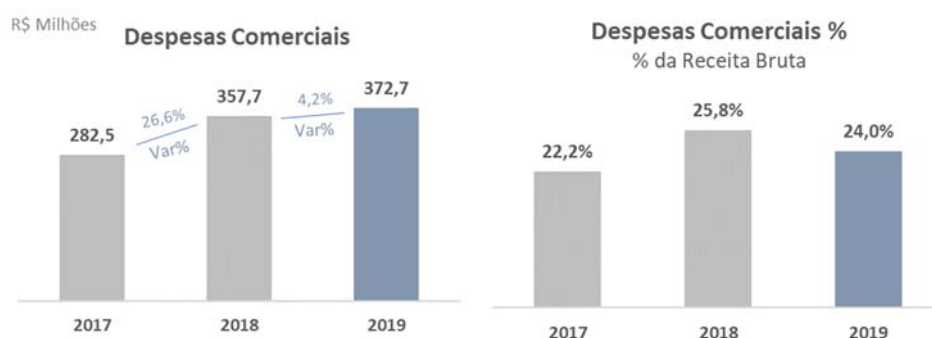
Lucro Bruto

A Companhia apresentou um lucro bruto de R\$ 507,0 milhões no ano de 2019, 10,2% acima do apresentado em 2018, quando foi de R\$ 460,2 milhões, o qual foi 2,3% acima do resultado de 2017, quando atingiu R\$ 449,7 milhões. A margem bruta em 2019 foi de 32,7% da receita bruta, em comparação com 33,2% em 2018 e 35,4% em 2017. A variação na margem bruta foi resultado principalmente do impacto de impostos decorrente da mudança no mix de produtos, assim como a abertura de novas lojas.



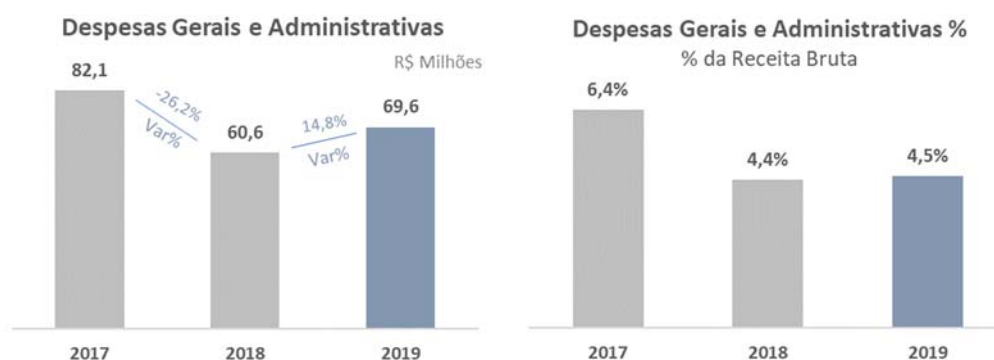
Despesas Comerciais

O total de despesas comerciais em 2019 foi de R\$ 372,7 milhões, um crescimento de 4,2% sobre o valor apresentado em 2018, que foi de R\$ 357,7 milhões, um aumento de 26,6% sobre 2017. As despesas comerciais em 2019 representaram 24,0% da receita bruta, com uma redução de 1,8 p.p. sobre o ano de 2018, quando foi de 25,8%, e um crescimento de 3,6 p.p. sobre 2017. Em 2018 o percentual das despesas com vendas, foi superior a 2017 e 2019 devido ao grande número de abertura de lojas, ainda em curva de maturação, assim como o grande número de reformas de lojas, que impactaram o faturamento do exercício.



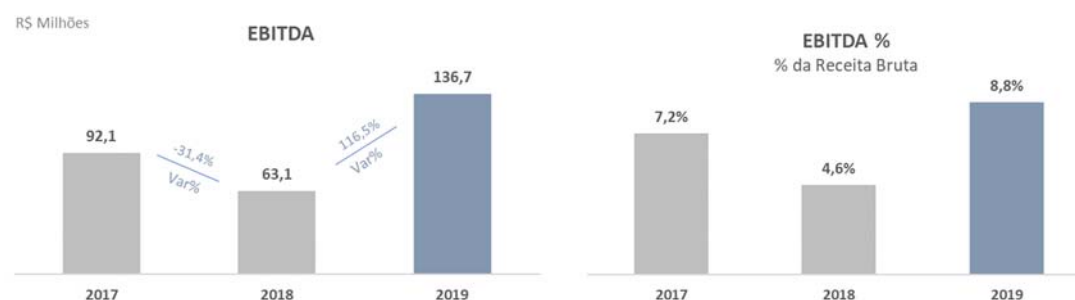
Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 69,6 milhões em 2019, 14,8% acima do registrado em 2018, quando foram de R\$ 60,6 milhões, sendo 26,2% abaixo do apresentado em 2017. Estas despesas representavam 4,5% da receita bruta, praticamente em linha com o percentual de 2018, o qual teve uma redução de 2,0 p.p. em relação à 2017. Em 2017 as despesas gerais e administrativas foram impactadas principalmente pelos efeitos relativos à multa e juros de atualização de processos previdenciários (INSS) assim como correção monetária relativa aos parcelamentos do Refis. Importante considerar que em 2017 a taxa Selic estava significativamente superior em relação aos níveis atuais.



EBITDA

Em 2019 atingimos um EBITDA de R\$ 136,7 milhões, 116,5% acima do valor registrado em 2018, quando foi de R\$ 63,1 milhões, uma queda de 31,4% em relação à 2017. A queda do EBITDA em 2018 está relacionada com a reforma de grande parte das lojas, assim como a abertura de novas lojas, as quais necessitam de um tempo para maturação. Já a variação de 2018 para 2019 é decorrente do impacto da norma IFRS 16. A margem EBITDA foi de 8,8% em 2019, um crescimento de 4,2 p.p., principalmente pelo motivo já citado. Em 2017 a margem EBITDA foi de 7,2%.

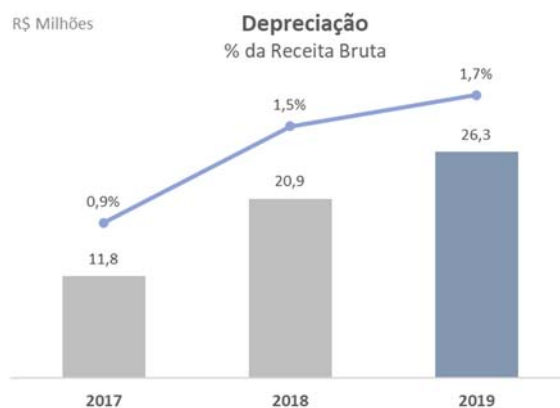


Segue abaixo a composição e cálculo do EBITDA:

EBITDA	2017	2018	2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	12.961	(16.073)	(14.241)
(+) Imposto de renda e contribuição social	6.246	(10.606)	(3.855)
(+) Despesas e receitas financeiras líquidas	61.047	68.921	84.393
(+) Depreciações e amortizações	11.837	20.893	70.384
(=) EBITDA	92.091	63.135	136.681

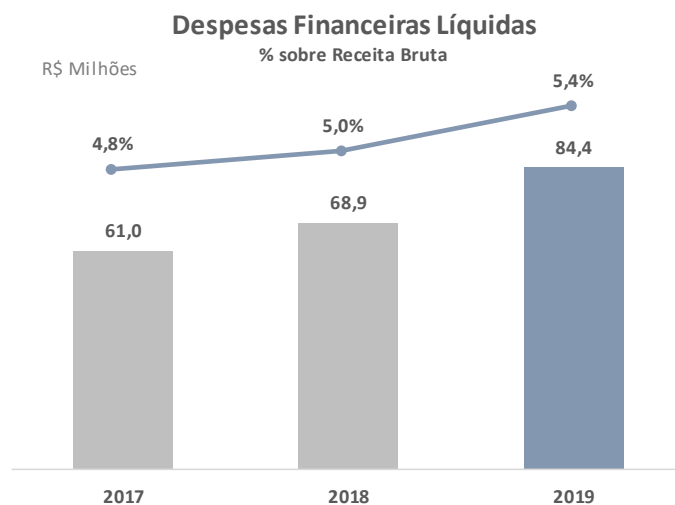
Depreciação, Despesas financeiras líquidas e Imposto de Renda e CSLL

A depreciação em 2019 atingiu R\$ 26,3 milhões, representando 1,7% da receita bruta. Em 2018 foi de R\$ 20,9 milhões, sendo 1,5% da receita bruta, um crescimento de 0,6 p.p. em relação à 2017, quando a depreciação foi de R\$ 11,8 milhões ou 0,9% da receita bruta. O aumento da depreciação deve-se ao grande volume de investimentos no decorrer dos anos de 2018 e 2019, em especial nas linhas de expansão e reformas de lojas e investimento de tecnologia. Cabe destacar que o período utilizado para a depreciação das reformas e benfeitorias é conforme o prazo dos contratos de aluguel vigentes, o que acelera a sua realização.



* Não considerado os impactos do arrendamento (IFRS16)

As despesas financeiras líquidas atingiram R\$ 84,4 milhões em 2019, em comparação com R\$ 68,9 milhões em 2018 e R\$ 61,0 milhões em 2017. Como percentual da receita bruta representaram 5,4% em 2019, 5,0% em 2018 e 4,8% em 2017. O valor apresentado é reflexo do nível de endividamento registrado pela Companhia durante o período.



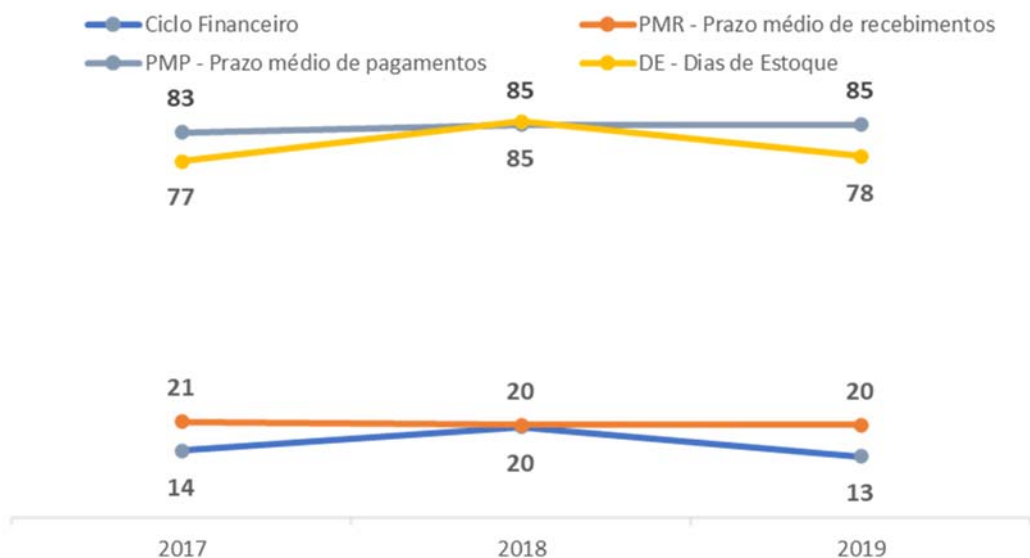
O Imposto de Renda e Contribuição Social em 2019 representou uma constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no valor de R\$ 4,2 milhões, assim como em 2018, quando a constituição do diferido foi de R\$ 10,9 milhões. Apenas no ano de 2017 a Companhia registrou Imposto de Renda e Contribuição Social correntes a pagar, no valor de R\$ 7,1 milhões. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos serão utilizados para compensação de futuros valores a pagar relativos a estes impostos.



Resultado Líquido

O resultado líquido em 2019 foi negativo em R\$ 14,2 milhões, assim como em 2018, quando foi negativo em R\$ 16,1 milhões. Em 2017 foi positivo em R\$ 13,0 milhões. O resultado líquido da Companhia foi impactado no período pelas despesas financeiras decorrentes da emissão de debênture e pela depreciação acelerada dos investimentos realizados a partir 2018, principalmente relacionados a benfeitorias realizadas em lojas alugadas, e ocasionou prejuízos fiscais que levaram à constituição de crédito fiscal diferido.

Ciclo de Caixa

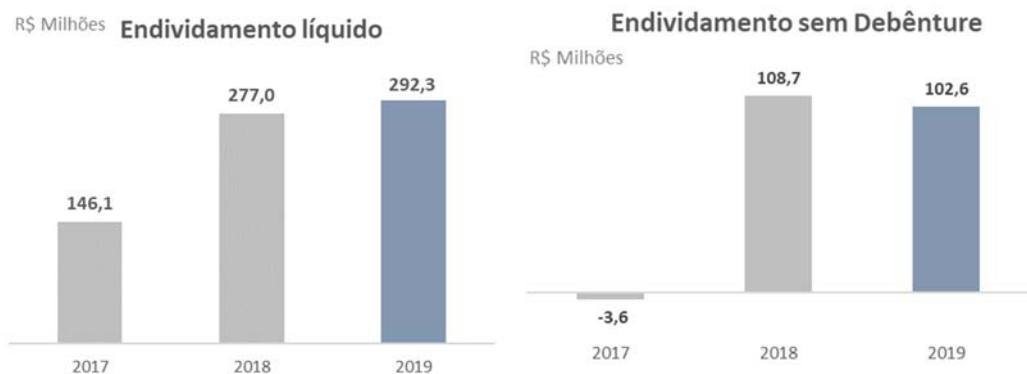


O ciclo de caixa da Companhia em 2019 foi de 18 dias, oscilando em níveis similares aos apresentados nos anos anteriores, sendo uma referência para as Companhias do setor.

Endividamento

Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1ª série e 72 meses para o vencimento da 2ª série. O recurso foi utilizado em 2018 para amortizar parte das dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, considerando a abertura de lojas novas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

O nível de endividamento líquido da companhia em 2019 era de R\$ 292,3 milhões, um crescimento de R\$ 15,4 milhões em comparação com 2018, quando era de R\$ 277,0 milhões, o qual cresceu R\$ 130,8 milhões em relação a 2017, quando estava em R\$ 146,1 milhões. Sem considerar a operação da Debênture, o endividamento líquido era de 102,6 milhões em 2019, R\$ 108,7 milhões em 2018 e um caixa líquido de R\$ 3,6 milhões em 2017.



Política de destinação dos resultados do exercício

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o estatuto da Companhia confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 14.241. Em 31 de dezembro de 2018, encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 16.073 e em 31 de dezembro de 2017 encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 12.961.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2019, a Nissei contava com cerca de 5.319 colaboradores, um aumento de 219 pessoas em relação à 2018, quando tinha 5.100 colaboradores. Em 2017 a empresa tinha 4.437 colaboradores. As despesas com pessoal em 2019, no montante total de R\$ 257,0 milhões, apresentaram um crescimento de 7,5% em comparação com 2018, ou aproximadamente 16,6% da receita bruta. Comparando com 2017, quando foram de R\$ 207,0 milhões, o crescimento em 2018 foi de 15,5%. Além dos gastos com salários e encargos obrigatórios, as despesas com pessoal incluem gastos com benefícios oferecidos pela Companhia a seus colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, refeição e educação, transporte, treinamentos internos e externos, entre outros.

Perspectivas

Apesar do cenário adverso, a Companhia continua confiante no desenvolvimento dos seus negócios e no Brasil. Continuaremos oferecendo uma ampla e inovadora oferta de produtos em nossas lojas, com o conceito de *drugstore*, a preços competitivos, oferecendo comodidade, conveniência e praticidade aos nossos clientes, através das lojas físicas e também por meios digitais, visando obter resultados positivos e sustentáveis, com benefícios para todos os públicos envolvidos. Embora a pandemia possa alterar o mercado, a administração da Companhia entende que as ações tomadas para redução de despesas foram efetivas e os números do primeiro semestre de 2020 são positivos, corroborando com as perspectivas de confiança sobre o futuro.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que de alguma forma contribuíram para as atividades, o desenvolvimento e o forte crescimento das operações da Companhia neste período.



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da
Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das transações de arrendamento de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06(R2) / IFRS 16

Veja as Notas 4a, 5 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamento, principalmente de imóveis onde operam suas lojas, terrenos e sede administrativa.</p> <p>O pronunciamento contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – <i>Leases</i>), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu aspectos contábeis complexos que servem de base para a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, e estão relacionados à: i) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; ii) determinação dos prazos de cada contrato de arrendamento, o que inclui a avaliação sobre direitos de renovações e/ou rescisões antecipadas; e requerimentos de divulgação específicos relacionados com a transição da norma e seu impacto contábil.</p> <p>Devido ao julgamento envolvido no processo de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do processo da administração para identificação dos contratos de arrendamento e os controles implementados para captura das informações dos contratos de arrendamento necessárias para mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento.- Avaliação, com o auxílio de especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia com dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as taxas de desconto, bem como os impactos de possíveis mudanças nas referidas taxas.- Para uma amostra dos contratos, comparamos os prazos de arrendamentos e valores considerados na mensuração com os respectivos contratos, bem como avaliamos a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela Companhia para determinação dos prazos de arrendamento, incluindo a avaliação da Companhia quanto a razoável certeza de renovações contratuais.- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação dos contratos e mensuração dos impactos de adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.</p>

	<p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
<p>Mensuração do valor justo das debêntures</p>	
<p>Veja as Notas 4b, 25 e 34 (iii) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>	
<p>Principais assuntos de auditoria</p>	<p>Como auditoria endereçou esse assunto</p>
<p>A Companhia, em 29 de outubro de 2017, emitiu debêntures conversíveis em ações. A operação está dividida em duas séries, a primeira série subsequentemente mensurada pelo custo amortizado e a segunda pelo valor justo, essa última no montante de R\$ 40.602 mil em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>A mensuração do valor justo envolve um modelo de avaliação e estimativas. A estimativa sobre o método de cálculo e sobre a mensuração deste valor envolve projeções e premissas. Considerando o elevado grau de julgamento relacionado à determinação dessas projeções e premissas, como da taxas de crescimento anual da receita, da previsão da margem EBITDA e da taxa de desconto ajustada ao risco, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos critérios adotados pela Companhia para determinação das premissas para estimar a taxa de crescimento anual da receita, a margem EBITDA e a taxa de desconto ajustada ao risco utilizadas no modelo de valor justo da Companhia. – Revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar potencial inconsistência ou viés da administração no desenvolvimento futuro das estimativas. – Análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são suficientes e apropriadas em relação aos requerimentos das normas vigentes. – Durante a realização dos nossos procedimentos de auditoria foram identificados ajustes que não foram realizados pela Administração por serem considerados como imateriais. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo das debêntures, bem como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para a nota explicativa 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drogaria Nissei S.A., que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir alterações imateriais e o aprimoramento de determinadas divulgações em notas explicativas conforme descrito nessa nota explicativa. Em 20 de março de 2020, 7 de março de 2019 e 20 de março de 2018, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente, que agora estão sendo reapresentadas. Conseqüentemente, nosso relatório substitui os relatórios emitidos anteriormente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

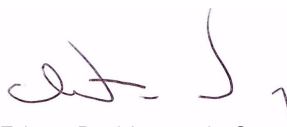
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora			Consolidado			Passivo	Notas	Controladora			Consolidado		
		2019	2018	2017	2019	2018	2017			2019	2018	2017	2019	2018	2017
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	9	80.402	29.607	101.041	80.426	29.974	101.293	Fornecedores	22	254.535	227.401	200.976	254.658	227.708	201.465
Aplicações financeiras	10	10.001	-	-	10.001	-	-	Arrendamento financeiro a pagar	23	41.580	-	-	41.580	-	-
Contas a receber de clientes	11	84.843	74.386	66.663	84.927	75.077	67.309	Empréstimos e financiamentos	24	46.917	100.100	56.994	47.263	100.328	56.994
Estoques	12	242.473	250.588	191.127	242.473	250.588	191.127	Debêntures	25	88.806	3.693	2.084	88.806	3.693	2.084
Impostos a recuperar	13	12.541	8.730	9.270	12.541	8.730	9.270	Obrigações sociais e trabalhistas	26	39.624	34.383	28.768	39.698	34.429	28.829
Tributos sobre o lucro a recuperar	13	457	3.172	2.380	457	3.172	2.380	Obrigações fiscais e tributárias		6.691	6.426	3.783	6.764	6.567	3.877
Outros ativos	15	39.404	21.975	21.133	41.299	22.533	21.631	Parcelamento de tributos	27	3.182	3.168	4.675	3.353	3.328	4.675
								Outros débitos		3.984	3.239	1.949	6.347	5.946	4.743
		<u>470.121</u>	<u>388.458</u>	<u>391.614</u>	<u>472.124</u>	<u>390.074</u>	<u>393.010</u>			<u>485.319</u>	<u>378.410</u>	<u>299.229</u>	<u>488.469</u>	<u>381.999</u>	<u>302.667</u>
Não circulante															
Outros investimentos	16	12.454	11.712	11.682	12.454	11.712	11.682	Não circulante							
Direitos sobre precatórios	14	50.160	38.769	38.769	50.160	38.769	38.769	Arrendamento financeiro a pagar	23	101.630	-	-	101.630	-	-
Impostos a recuperar	13	7.324	7.324	-	7.324	7.324	-	Empréstimos e financiamentos	24	145.469	38.012	40.722	145.773	38.315	40.722
Ativo fiscal diferido	33	14.383	10.257	-	14.383	10.257	-	Debêntures	25	100.906	164.598	147.620	100.906	164.598	147.620
Outros ativos	15	21.515	18.786	13.602	33.833	29.991	23.517	Parcelamento de tributos	27	27.615	28.993	32.118	27.767	29.299	32.118
Depósitos judiciais	28	5.054	4.558	3.977	5.054	4.558	3.977	Provisão para contingências	28	7.862	8.411	6.377	7.862	8.411	6.377
		<u>110.890</u>	<u>91.406</u>	<u>68.030</u>	<u>123.208</u>	<u>102.611</u>	<u>77.945</u>	Mútuos com partes relacionadas	17	1.674	3.919	5.118	-	-	289
								Impostos diferidos	33	-	-	-	23.618	23.719	24.213
										<u>385.156</u>	<u>243.933</u>	<u>231.955</u>	<u>407.556</u>	<u>264.342</u>	<u>251.339</u>
Investimentos	18	107.261	107.118	105.300	-	-	-	Patrimônio líquido							
Ativo biológico	19	-	-	-	40.023	36.204	34.331	Capital social	29	21.720	21.720	21.720	21.720	21.720	21.720
Imobilizado	20	230.457	95.464	49.904	308.962	177.596	132.427	Reservas de lucros	29	3.510	17.608	34.393	3.510	17.608	34.393
Intangível	21	22.156	24.599	19.425	22.162	24.599	19.425	Ajuste de avaliação patrimonial	29	45.180	45.374	46.976	45.180	45.374	46.976
		<u>359.874</u>	<u>227.181</u>	<u>174.629</u>	<u>371.147</u>	<u>238.399</u>	<u>186.183</u>			<u>70.410</u>	<u>84.702</u>	<u>103.089</u>	<u>70.410</u>	<u>84.702</u>	<u>103.089</u>
								Participação de não controladores		-	-	-	44	41	43
										<u>70.410</u>	<u>84.702</u>	<u>103.089</u>	<u>70.454</u>	<u>84.743</u>	<u>103.132</u>
Total ativo		<u>940.885</u>	<u>707.045</u>	<u>634.273</u>	<u>966.479</u>	<u>731.084</u>	<u>657.138</u>	Total passivo e patrimônio líquido		<u>940.885</u>	<u>707.045</u>	<u>634.273</u>	<u>966.479</u>	<u>731.084</u>	<u>657.138</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

Notas	Controladora			Consolidado			
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	
Receita líquida	30	1.497.730	1.344.887	1.211.640	1.499.474	1.345.637	1.236.667
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	31	(992.489)	(883.783)	(774.078)	(992.500)	(885.421)	(786.949)
Lucro bruto		505.241	461.104	437.562	506.974	460.216	449.718
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas administrativas	31	(65.759)	(58.039)	(80.118)	(69.557)	(60.607)	(82.123)
Despesas comerciais	31	(372.698)	(359.033)	(284.364)	(372.698)	(357.734)	(282.529)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11	(1.775)	(895)	-	(1.775)	(895)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		792	695	253	3.353	1.262	(4.812)
Lucro antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e tributos sobre o lucro		65.801	43.832	73.333	66.297	42.242	80.254
Receitas financeiras	32	12.028	1.323	6.802	12.036	1.437	6.863
Despesas financeiras	32	(96.342)	(69.897)	(67.781)	(96.429)	(70.358)	(67.910)
Resultado financeiro		(84.314)	(68.574)	(60.979)	(84.393)	(68.921)	(61.047)
Resultado da equivalência patrimonial	18	143	(1.688)	6.473	-	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.370)	(26.430)	18.827	(18.096)	(26.679)	19.207
Imposto de renda e contribuição social - corrente	33	-	102	(5.867)	(372)	(248)	(7.064)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	33	4.126	10.257	-	4.227	10.854	818
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(14.244)	(16.071)	12.960	(14.241)	(16.073)	12.961
(Prejuízo) lucro atribuível a:							
Controladores		(13.959)	(15.750)	12.701	(13.956)	(15.752)	12.702
Não controladores		(285)	(321)	259	(285)	(321)	259
Resultado por ação básico e diluído (em Reais):					(0,66)	(0,74)	0,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
(Prejuízo) lucro líquido do	(14.244)	(16.071)	12.960	(14.241)	(16.073)	12.961
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do	<u>(14.244)</u>	<u>(16.071)</u>	<u>12.960</u>	<u>(14.241)</u>	<u>(16.073)</u>	<u>12.961</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros							
Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 31 de janeiro de 2016	21.720	1.801	21.789	48.564	-	93.874	46	93.920	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.960	12.960	(3)	12.957	
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	-	-	(195)	195	-	-	-	
Baixa da reserva de avaliação patrimonial por venda de ativo	-	-	-	(1.393)	1.393	-	-	-	
Destinação propostas no exercício:									
Reserva legal	-	648	-	-	(648)	-	-	-	
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(3.745)	(3.745)	-	(3.745)	
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	10.155	-	(10.155)	-	-	-	
Saldos em 31 de janeiro de 2017	21.720	2.449	31.944	46.976	-	103.089	43	103.132	
Distribuição de dividendos através da reserva de lucros	-	-	(2.316)	-	-	(2.316)	-	(2.316)	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.071)	(16.071)	(2)	(16.073)	
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	-	-	(295)	295	-	-	-	
Baixa da reserva de avaliação patrimonial por venda de ativo	-	-	-	(1.307)	1.307	-	-	-	
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	(14.469)	-	14.469	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.720	2.449	15.159	45.374	-	84.702	41	84.743	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(14.244)	(14.244)	3	(14.241)	
Realização da reserva de avaliação patrimonial	29	-	-	(194)	194	-	-	-	
Distribuição de dividendos através da reserva de lucros	29	-	(48)	-	-	(48)	-	(48)	
Transferência para reserva de retenção de lucros	29	-	(14.050)	-	14.050	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.720	2.449	1.061	45.180	-	70.410	44	70.454	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:						
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(14.244)	(16.071)	12.960	(14.241)	(16.073)	12.961
Ajustes por:						
Resultado da baixa do ativos imobilizados, intangíveis e arrendamento	624	1.695	3.147	5.018	3.400	(8.774)
Depreciação e amortização - imobilizado, intangível e direito de uso	69.402	20.073	13.481	70.411	20.893	14.331
Variação do valor realizável líquido dos estoques	-	-	-	(2.512)	(506)	5.085
Equivalência patrimonial	(143)	1.688	(6.473)	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.775	895	-	1.775	895	-
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	411	2.664	-	411	2.664	-
Provisão para contingências	(1.045)	1.453	(3.137)	(1.045)	1.453	(3.137)
Atualização direitos sobre precatórios	(11.391)	-	(1.590)	(11.391)	-	(1.590)
Apropriação - custo da transação - debêntures	2.013	2.024	-	2.013	2.024	-
Apropriação - custo da transação - empréstimos	2.334	1.545	-	2.334	1.545	-
Juros sobre debêntures	31.364	38.880	3.847	31.364	38.880	3.847
Mudanças no valor justo das debêntures	3.561	(10.053)	523	3.561	(10.053)	523
Juros sobre empréstimos	12.577	9.382	19.371	12.621	9.382	19.371
Juros sobre arrendamentos	15.918	-	-	15.918	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(4.126)	(10.257)	5.867	(3.855)	(10.606)	6.246
	109.030	43.918	47.996	112.382	43.898	48.863
(Aumento) redução dos ativos						
Contas a receber de clientes	(12.232)	(8.618)	(15.543)	(11.625)	(8.663)	(16.189)
Impostos a recuperar	(1.096)	(7.576)	(4.127)	(1.096)	(7.576)	(4.127)
Estoques	7.704	(62.125)	(38.676)	7.704	(62.125)	(38.676)
Direitos sobre precatórios	-	-	16.761	-	-	16.761
Outros ativos	(17.759)	(3.939)	(10.141)	(19.553)	(3.846)	(13.825)
Aumento / (redução) dos passivos:						
Fornecedores	27.134	26.425	(1.258)	26.950	26.243	(874)
Obrigações sociais e trabalhistas	5.241	5.615	3.034	5.269	5.600	3.047
Obrigações fiscais e tributárias	265	2.643	(4.654)	197	2.690	1.140
Parcelamentos de tributos	(1.364)	(4.632)	4.284	(1.507)	(4.166)	4.284
Outros débitos	745	1.290	1.058	517	1.203	2.139
Pagamento de juros sobre empréstimos	(13.542)	(9.227)	(21.726)	(13.582)	(9.310)	(21.726)
Pagamento de juros - debêntures	(15.517)	(12.264)	-	(15.517)	(12.264)	-
Pagamento de arrendamento - juros	(15.725)	-	-	(15.725)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(368)	(145)	(1.197)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	72.884	(28.490)	(22.992)	74.046	(28.461)	(20.380)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Aplicações financeiras	(10.001)	-	-	(10.001)	-	-
Aquisições de imobilizado	(18.912)	(62.977)	(18.730)	(20.694)	(65.111)	(20.718)
Aquisições de intangível	(2.518)	(9.525)	(6.202)	(2.518)	(9.525)	(6.202)
Cauções e depósitos	-	-	881	-	-	881
Outros investimentos	(742)	(30)	(196)	(742)	(30)	(196)
Aquisição de precatórios	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Recebimento de dividendos	-	-	10.000	-	-	-
Alienação imobilizado	-	-	-	-	-	25.000
Aplicações no ativo biológico	-	-	-	(1.307)	(1.367)	(1.542)
Adiantamento para futuro aumento de capital efetuado	-	(3.506)	(1.771)	-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(32.173)	(76.038)	(17.018)	(35.262)	(76.033)	(3.777)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Captações de empréstimos	160.552	192.635	86.349	160.912	193.339	86.349
Pagamento de empréstimos - principal	(105.852)	(149.721)	(102.989)	(106.097)	(149.811)	(102.989)
Pagamento de arrendamento - principal	(38.129)	-	-	(38.129)	-	-
Emissão de debêntures	-	-	153.061	-	-	153.061
Custos da transação	(1.795)	(4.218)	(7.727)	(1.795)	(4.218)	(7.727)
Distribuições aos acionistas	(48)	(2.316)	(3.745)	(48)	(2.316)	(3.749)
Antecipação de lucros	(2.226)	-	-	(2.954)	-	-
Mútuos entre partes relacionadas	(2.418)	(3.286)	5.118	(221)	(3.819)	(10.500)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	10.084	33.094	130.067	11.668	33.175	114.445
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	50.795	(71.434)	90.057	50.452	(71.319)	90.288
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.607	101.041	10.984	29.974	101.293	11.005
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	80.402	29.607	101.041	80.426	29.974	101.293
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	50.795	(71.434)	90.057	50.452	(71.319)	90.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Receitas (1)	1.547.112	1.382.435	1.245.338	1.550.751	1.384.870	1.274.922
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.549.782	1.383.330	1.245.338	1.553.421	1.385.765	1.274.922
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.670)	(895)	-	(2.670)	(895)	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)	1.101.197	995.320	868.438	1.102.607	997.359	889.970
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	992.125	886.446	774.078	992.136	888.084	786.949
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	109.072	108.874	94.360	112.973	109.781	97.936
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	(2.502)	(506)	5.085
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	445.915	387.115	376.900	448.144	387.511	384.952
Depreciação e amortização (4)	69.402	20.073	13.058	70.419	20.891	13.904
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	376.513	367.042	363.842	377.725	366.620	371.048
Valor adicionado recebido em transferência (6)	13.577	661	13.055	13.437	2.461	6.768
Resultado da equivalência patrimonial	143	(1.688)	6.473	-	-	-
Receitas financeiras	12.028	1.323	6.802	12.036	1.437	6.063
Outras	1.406	1.026	(220)	1.401	1.024	705
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	390.090	367.703	376.897	391.162	369.081	377.816
Distribuição do valor adicionado	390.090	367.703	376.897	391.162	369.081	377.816
Pessoal	221.245	199.792	174.850	221.678	200.209	175.261
Remuneração direta	190.173	173.320	148.642	190.580	173.676	149.014
Benefícios	20.286	16.312	14.892	20.286	16.325	14.907
FGTS	10.786	10.160	11.316	10.812	10.208	11.340
Impostos, taxas e contribuições	84.836	65.199	77.991	85.420	65.657	78.494
Federais	66.334	51.811	65.830	66.836	52.243	66.291
Estaduais	18.010	12.939	12.034	18.063	12.939	12.066
Municipais	492	449	127	521	475	137
Remuneração de capital de terceiros	98.253	118.783	111.096	98.303	119.290	111.099
Juros	91.896	66.672	63.214	91.946	66.674	63.217
Aluguéis	1.864	48.840	43.690	1.864	48.840	43.690
Outras	4.493	3.271	4.192	4.493	3.776	4.192
Remuneração de capital próprios	(14.244)	(16.071)	12.960	(14.239)	(16.075)	12.962
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(14.244)	(16.071)	12.960	(14.241)	(16.073)	12.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drogeria Nissei S.A. (“Nissei” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Rua XV de Novembro, 123, em Curitiba, Estado do Paraná. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como “Grupo”).

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral.

A Companhia realiza suas vendas por meio de suas lojas distribuídas em 3 Estados, conforme abaixo demonstrado:

Estado	2019	2018	2017
Paraná	263	250	217
Santa Catarina	14	13	13
São Paulo	22	19	18
Total de lojas	299	282	248

A Companhia arrenda o centro de distribuição, localizado na cidade de Colombo - PR, de onde distribui seu estoque.

As lojas da rede também recebem abastecimento direto de grandes distribuidores para medicamentos e conveniência.

Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1ª série e 72 meses para o vencimento da 2ª série (vide nota explicativa 25). O recurso foi utilizado em 2018 para amortizar parte de dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, considerando que contempla a abertura de novas lojas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

O plano de expansão da Companhia se concentrou na abertura de lojas nos estados da região sul do país, bem como a revisão de lojas deficitárias, as quais foram fechadas, conforme segue:

	2019	2018	2017
Lojas abertas	21	44	15
Lojas fechadas	4	10	6
Aberturas líquidas	17	34	9

Entidade controlada

A Companhia possuía 99,96% de participação no capital social da, anteriormente controlada, Nissei Administradora de Bens Ltda., a qual tem como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros. A controlada foi vendida aos sócios controladores da Nissei em 30 de junho de 2020 (vide nota explicativa 38).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 em 26 de agosto de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 23 – prazo de arrendamento e premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento mercantil.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 19 - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;

Nota explicativa 25 - valorização das debêntures (valorização conforme projeções de resultados financeiros futuros);

Notas explicativas 28 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 33 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo e utiliza especialistas externos para avaliação do valor justo de ativos biológicos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais

sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 19 - ativo biológico (determinação do valor justo da valorização do ativo);

Nota explicativa 25- debêntures (determinação do valor justo da segunda série de debêntures). Os valores do contrato de debêntures consistem em duas séries, sendo a primeira série ao valor das taxas pré-fixadas com prazo de 48 meses (custo amortizado) e a segunda série ao valor justo, nos termos do contrato e descritos na referida nota explicativa. A segunda série de emissão de debêntures é mensurada a cada data de reporte, ao valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

a. Adotadas a partir de 2018

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas de 2017 dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber.

CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 / IAS 18, o CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 / IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

O CPC 47 / IFRS 15 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis do Grupo, tendo em vista que a maior parte de sua receita é proveniente do negócio voltado para o varejo, onde a venda é realizada diretamente para o consumidor final, não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle dos produtos e serviços aos consumidores.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 / IFRS 9, o Grupo adotou as alterações consequentes ao CPC 26 /IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem do Grupo era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas. As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica de “despesas financeiras”, similar à apresentação no CPC 38 / IAS 39, e não apresentadas separadamente na demonstração do resultado devido a considerações sobre materialidade.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 / IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38 / IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48/ IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48/ IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 /IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

O contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 agora são classificados ao custo amortizado.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ da CPC 38 / IAS 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 /IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48/ IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 895.

b. Adotadas a partir de 2019

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamentos

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – *Leases* em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos que entrou em vigor para os exercício iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, o Grupo, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a norma anterior.

A norma inclui algumas isenções de reconhecimento para arrendatários:

- Arrendamentos de ativos de “baixo valor”;
- Arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos);

Na data de início de um contrato de arrendamento, arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na CPC 06 (R1) / IAS 17. Identificamos que determinados contratos de locação de lojas e de centro de distribuição devem ser reconhecidos no escopo da nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019. Informações adicionais podem ser encontradas na nota explicativa 23.

(iii) Transição

O Grupo aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. O Grupo adotou os expedientes práticos para ativos de contrato de curto prazo e para ativos de contrato de baixo valor. Portanto, a informação comparativa apresentada não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamentos de Tributos Sobre o Lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS12/CPC32 – Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, não estar claro:

- como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração do Grupo entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações contábeis, uma vez que os principais tratamentos de apuração de impostos de renda e de contribuição social são considerados pela administração do Grupo, com suporte dos seus consultores jurídicos, como provável que seja aceito pelas autoridades tributárias.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda; e
- os instrumentos financeiros derivativos (debêntures) são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário, considerando as informações contidas na nota explicativa 5.

a. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na consolidação está contemplado o investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda..

	Porcentagem de participação			
	Controle	2019	2018	2017
Nissei Administradora de Bens Ltda.	Direto	99,96%	99,96%	99,96%

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a controladora e controlada, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na controladora. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Não foram eliminados nos procedimentos de consolidação os saldos e operações proporcionais à participação dos sócios não controladores, na consolidação da controlada Nissei Administradora de Bens.

O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora, bem como as práticas contábeis, de forma que na consolidação não existem efeitos materiais a serem considerados

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita

Anterior a 1º de janeiro de 2018

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas, descontos incondicionais e bonificações.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A partir de 1º de janeiro de 2018 – adoção do CPC 47/IFRS 15

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- quando o Grupo puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o Grupo puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros do Grupo se modifiquem como resultado do contrato); e
- quando for provável que o Grupo receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual o Grupo tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita do Grupo advém de revenda de mercadorias (medicamentos, perfumaria, cosméticos e outros produtos). Os clientes obtêm o controle da mercadoria adquirida no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas nos pontos de vendas (lojas) do Grupo. Entende-se portanto que trata-se de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos consumidores. Os pagamentos de clientes são realizados, substancialmente, através de cartão de crédito, cartão de débito e dinheiro. As vendas através de cartão de crédito podem ser divididas em até seis parcelas.

Verbas de marketing e publicidade

Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento ao Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras do Grupo e são repassadas para a área de vendas para execução, alinhada com as estratégias de venda do Grupo. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito como receita de verbas, tendo como contrapartida um valor a receber do fornecedor no ativo.

d. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a

obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O Grupo classifica juros e dividendos recebidos como fluxos de caixa de investimento, e, juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

f. Impostos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e contribuição social na Controlada é feito com base no regime de lucro presumido, conforme previsto na Lei 10.637/02, artigo 46.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado.

h. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Instalações - 10 anos
- Veículos em uso - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Equipamentos de informática - 5 anos
- Edificações – 25 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - conforme contrato de locação vigente.
- Direito de uso – arrendamento - conforme contrato de locação vigente (vide detalhes na nota explicativa 23)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Intangível

Softwares

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de uso de sistemas de informática são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Softwares – 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Fundo de comércio

Os pontos comerciais (fundo de comércio) compreendem a cessão do local de instalação das lojas do Grupo e são mensurados pelo custo histórico de aquisição e mantidos no ativo até quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é mensurada pelo prazo do contrato vigente de locação. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

k. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas – Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

O Grupo classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;

- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:

ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas – aplicável

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;; e
- O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo

não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

n. Arrendamentos

Anterior a 1º de janeiro de 2019

No início do contrato, o Grupo determinava se ele era ou continha um arrendamento. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Grupo, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para esses arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência.

A partir de 1º de janeiro de 2019

Com a vigência do CPC 06(R2) / IFRS 16, a forma de mensuração e contabilização dos contratos de arrendamentos foram alteradas.

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2) / IFRS16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

o. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso

nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q. Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões. A receita do Grupo é integralmente proveniente do mercado doméstico e concentrada na região sul do país onde as lojas estão localizadas. Não há cliente individual que represente mais de 10% das vendas da Companhia.

r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas informações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

8 Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram reapresentadas para inclusão da demonstração do valor adicionado, correção de erros imateriais e inclusão e melhoria de certas notas explicativas. Este conjunto de demonstrações financeiras substitui os anteriormente emitidos, mas não altera materialmente a apresentação das demonstrações financeiras como um todo.

As tabelas a seguir resumem os impactos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Balanço patrimonial Controladora	Anteriormente apresentado 2019	Ajuste	Atualmente apresentado 2019	Anteriormente apresentado 2018	Ajuste	Atualmente apresentado 2018	Anteriormente apresentado 2017	Ajuste	Atualmente apresentado 2017
<i>Ativos</i>									
Outros ativos circulantes (a)	44.165	(4.761)	39.404	26.736	(4.761)	21.975	25.894	(4.761)	21.133
Direitos sobre precatórios (c)	42.925	(42.925)	-	37.501	(37.501)	-	37.501	(37.501)	-
Demais contas do ativo circulante	430.717	-	430.717	366.483	-	366.483	370.481	-	370.481
Total de ativos circulantes	517.807	(47.686)	470.121	430.720	(42.262)	388.458	433.876	(42.262)	391.614
<hr/>									
Partes relacionadas (b)	20.341	(20.341)	-	17.942	(17.942)	-	15.855	(15.855)	-
Direitos sobre precatórios	7.235	42.925	50.160	1.268	37.501	38.769	1.268	37.501	38.769
Outros ativos	3.652	17.863	21.515	3.322	15.464	18.786	225	13.377	13.602
Investimentos	107.278	(17)	107.261	107.135	(17)	107.118	105.317	(17)	105.300
Demais contas do ativo não circulante	286.774	5.054	291.828	149.356	4.558	153.914	81.011	3.977	84.988
Total de ativos não circulantes	425.280	45.484	470.764	279.023	39.564	318.587	203.676	38.983	242.659
Total de ativos	943.087	(2.202)	940.885	709.743	(2.698)	707.045	637.552	(3.279)	634.273
<hr/>									
Provisão para contingências	2.808	5.054	7.862	3.853	4.558	8.411	2.400	3.977	6.377
Demais contas do passivo não circulante	377.294	-	377.294	235.522	-	235.522	225.578	-	225.578
Total de passivo não circulante	380.102	5.054	385.156	239.375	4.558	243.933	227.978	3.977	231.955
Total de passivo circulante	485.319	-	485.319	378.410	-	378.410	299.229	-	299.229
Total de patrimônio líquido	77.666	(7.256)	70.410	91.958	(7.256)	84.702	110.345	(7.256)	103.089
Total de passivos	943.087	(2.202)	940.885	709.743	(2.698)	707.045	637.552	(3.279)	634.273

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017*

Balço patrimonial Consolidado	Anteriormente apresentado 2019	Ajuste	Atualmente apresentado 2019	Anteriormente apresentado 2018	Ajuste	Atualmente apresentado 2018	Anteriormente apresentado 2017	Ajuste	Atualmente apresentado 2017
<i>Ativos</i>									
Outros ativos circulantes (a)	46.060	(4.761)	41.299	27.294	(4.761)	22.533	26.392	(4.761)	21.631
Direitos sobre precatórios (c)	42.925	(42.925)	-	37.501	(37.501)	-	37.501	(37.501)	-
Demais contas do ativo circulante	430.825	-	430.825	367.541	-	367.541	371.379	-	371.379
Total de ativos circulantes	519.810	(47.686)	472.124	432.336	(42.262)	390.074	435.272	(42.262)	393.010
Partes relacionadas (b)	30.169	(30.169)	-	26.994	(26.994)	-	23.464	(23.464)	-
Direitos sobre precatórios	7.235	42.925	50.160	1.268	37.501	38.769	1.268	37.501	38.769
Outros ativos	6.142	27.691	33.833	5.475	24.516	29.991	2.548	20.969	23.517
Investimentos	17	(17)	-	17	(17)	-	-	-	-
Demais contas do ativo não circulante	405.308	5.054	410.362	267.692	4.558	272.250	197.865	3.977	201.842
Total de ativos não circulantes	448.871	45.484	494.355	301.446	39.564	341.010	225.145	38.983	264.128
Total de ativos	968.681	(2.202)	966.479	733.782	(2.698)	731.084	660.417	(3.279)	657.138
Provisão para contingências	2.808	5.054	7.862	3.853	4.558	8.411	2.400	3.977	6.377
Demais contas do passivo não circulante	399.694	-	399.694	255.931	-	255.931	244.962	-	244.962
Total de passivo não circulante	402.502	5.054	407.556	259.784	4.558	264.342	247.362	3.977	251.339
Total de passivo circulante	488.469	-	488.469	381.999	-	381.999	302.667	-	302.667
Total de patrimônio líquido	77.710	(7.256)	70.454	91.999	(7.256)	84.743	110.388	(7.256)	103.132
Total de passivos	968.681	(2.202)	966.479	733.782	(2.698)	731.084	660.417	(3.279)	657.138

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017*

DRE Controladora	Anteriormente apresentado 2019	Ajuste	Atualmente apresentado 2019	Anteriormente apresentado 2018	Ajuste	Atualmente apresentado 2018	Anteriormente apresentado 2017	Ajuste	Atualmente apresentado 2017
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (d)	(992.489)	-	(992.489)	(874.983)	(8.800)	(883.783)	(764.178)	(9.900)	(774.078)
Total Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(992.489)	-	(992.489)	(874.983)	(8.800)	(883.783)	(764.178)	(9.900)	(774.078)
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas administrativas (e)	(63.539)	(2.220)	(65.759)	(54.963)	(3.076)	(58.039)	(72.888)	(7.230)	(80.118)
Despesas comerciais (d)	(372.698)	-	(372.698)	(368.728)	9.695	(359.033)	(294.264)	9.900	(284.364)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.775)	-	(1.775)	-	(895)	(895)	-	-	-
Despesas tributárias (e)	(2.220)	2.220	-	(3.076)	3.076	-	(7.230)	7.230	-
Receitas (despesas) operacionais	(440.232)	-	(440.232)	(426.767)	8.800	(417.967)	(374.382)	9.900	(364.482)

DRE Consolidado	Anteriormente apresentado 2019	Ajuste	Atualmente apresentado 2019	Anteriormente apresentado 2018	Ajuste	Atualmente apresentado 2018	Anteriormente apresentado 2017	Ajuste	Atualmente apresentado 2017
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (c)	(992.500)	-	(992.500)	(876.621)	(8.800)	(885.421)	(777.049)	(9.900)	(786.949)
Total Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(992.500)	-	(992.500)	(876.621)	(8.800)	(885.421)	(777.049)	(9.900)	(786.949)
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas administrativas (d)	(67.337)	(2.220)	(69.557)	(57.531)	(3.076)	(60.607)	(74.893)	(7.230)	(82.123)
Despesas comerciais (c)	(372.698)	-	(372.698)	(367.429)	9.695	(357.734)	(292.429)	9.900	(282.529)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.775)	-	(1.775)	-	(895)	(895)	-	-	-
Despesas tributárias (d)	(2.220)	2.220	-	(3.076)	3.076	-	(7.230)	7.230	-
Receitas (despesas) operacionais	(444.030)	-	(444.030)	(428.036)	8.800	(419.236)	(374.552)	9.900	(364.652)

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017*

DMPL Controladora e Consolidado	Anteriormente	Ajuste	Atualmente	Anteriormente	Ajuste	Atualmente	Anteriormente	Ajuste	Atualmente
	apresentado		apresentado	apresentado		apresentado	apresentado		apresentado
	2019		2019	2018		2018	2017		2017
Patrimônio líquido									
Reservas de lucros (a) e (b)	10.766	(7.256)	3.510	24.864	(7.256)	17.608	41.649	(7.256)	34.393
Outros	66.944	-	66.944	67.135	-	67.135	68.739	-	68.739
Total do patrimônio líquido	77.710	(7.256)	70.454	91.999	(7.256)	84.743	110.388	(7.256)	103.132

- (a) Baixa de valor de despesas incorretamente diferidas como ativo. Ajuste realizado contra a rubrica reserva de lucros, pois, refere-se a despesa de competência anterior a 2017.
- (b) Baixa de valores a receber de partes relacionadas que não representam ativos na data-base. Ajuste realizado contra a rubrica reserva de lucros, pois, refere-se a despesa de competência anterior a 2017.
- (c) Reclassificação de curto para longo prazo para melhor refletir a estimativa de recebimento dos saldos.
- (d) Reclassificação de provisões de perdas de estoque, anteriormente classificadas em despesas comerciais e reclassificadas para custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados.
- (e) Reclassificação de despesas apresentadas por natureza para sua respectiva função. Despesas tributárias foram apresentadas na linha de despesas administrativas.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Caixa e Bancos	46.400	29.607	13.052	46.424	29.974	13.304
Aplicações financeiras	34.002	-	87.989	34.002	-	87.989
	80.402	29.607	101.041	80.426	29.974	101.293

As aplicações financeiras referem-se a saldos em Certificado de Depósito Bancário – CDB com liquidez imediata e atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 100,40% (100% em 2018 e 2017). Os valores contábeis refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

10 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB estão vinculadas a operações de empréstimos junto ao Banco ABC Brasil S.A. no montante de R\$ 10.001 em 2019 (zero em 2018 e 2017), sendo a realização das aplicações no prazo de 12 meses. Os recursos aplicados estão atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98%), refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

11 Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Cartões de crédito	77.949	64.489	57.365	77.949	64.489	57.365
Cartão próprio – convênio	6.898	8.709	8.491	6.898	8.709	8.491
Farmácia popular	2.458	1.651	453	2.458	1.651	453
Outras contas a receber	208	432	354	292	1.123	1.000
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(2.670)	(895)	-	(2.670)	(895)	-
	84.843	74.386	66.663	84.927	75.077	67.309

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

Consolidado	2019	2018	2017
A vencer	81.158	75.161	64.509
Vencidos em até 30 dias	1.245	-	-
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.089	-	1.306
Vencidos entre 61 e 90 dias	786	-	-
Vencidos acima de 91 dias	3.319	811	1.494
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(2.670)	(895)	-
Total	84.927	75.077	67.309

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 39 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo.

Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do programa de benefício em medicamentos - PBMs.

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2019	2018	2017
Saldo inicial	(895)	-	-
Valores baixados	895		
Constituição líquida de provisão de perda	<u>(2.670)</u>	<u>(895)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>(2.670)</u>	<u>(895)</u>	<u>-</u>

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

As contas a receber são substancialmente representados por valores a receber das administradoras de cartão de crédito de primeira linha (Cielo, Rede e Safra). Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo.

As contas a receber de convênio representam contratos específicos com companhias que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos critérios seletivos para aceitação destes clientes.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 34.

12 Estoques (Controladora e Consolidado)

	2019	2018	2017
Mercadorias para revenda	240.411	249.636	190.760
Materiais de consumo	<u>2.062</u>	<u>952</u>	<u>367</u>
	<u>242.473</u>	<u>250.588</u>	<u>191.127</u>

Os estoques de mercadorias para revenda estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos do Grupo:

	2019	2018	2017
Centro de distribuição	67.994	78.742	64.914
Lojas da rede	176.732	174.510	126.213
(-) Provisão de estoques (a)	<u>(2.253)</u>	<u>(2.664)</u>	<u>-</u>
	<u>242.473</u>	<u>250.588</u>	<u>191.127</u>

- (a) A provisão para perda nos estoques inclui as mercadorias vencidas e danificadas nos estoques da Companhia, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes, o efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

As perdas de mercadorias para revenda, materiais de consumo e as variações no saldo de estoques foram incluídos no “Custo dos Produtos Vendidos” e totalizam R\$ 992.489 (2018: R\$ 883.783 e 2017: R\$ 774.078, nos saldos da controladora, e R\$ 992.500 (2018: R\$ 885.421 e 2017: R\$ 777.049) para o consolidado. Os valores incluem o valor da baixa de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício que totalizaram R\$ 15.872 (2018: R\$ 8.800 e 2017: R\$ 9.900) para a controladora e consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

A movimentação da provisão de estoques no período encontra-se apresentada a seguir:

	2019	2018	2017
Saldo inicial	(2.664)	-	-
Constituições líquidas	(2.253)	(2.664)	-
Reversões	2.664	-	-
Saldo final	(2.253)	(2.664)	-

13 Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	2019	2018	2017
Tributos sobre o lucro a recuperar			
IRRF – Imposto de renda retido na fonte (a)	361	357	-
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica (a)	90	2.172	2.033
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido (a)	6	643	347
	457	3.172	2.380
Outros tributos a recuperar			
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias (b)	14.549	11.827	8.191
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – perdas (c)	5.306	3.777	-
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	-	22	425
Outros impostos a recuperar	10	428	654
	19.865	16.054	9.270
Ativo circulante	12.998	11.902	11.650
Ativo não circulante	7.324	7.324	-

- (b) Os créditos de IRRF, IRPJ e CSLL a recuperar (antecipado) de R\$ 90 e R\$ 6 (R\$ 2.172 e R\$ 643 em 2018 e R\$ 2.033 e R\$ 347 em 2017) são oriundos de pagamentos antecipados mensalmente e deverão ser compensados com tributos federais no prazo de 12 meses.
- (c) Os créditos de ICMS de R\$ 14.549 (2018: R\$ 11.827 e 2017: R\$ 8.191) são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelo seu Centros de Distribuição no Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária.

Espera-se que R\$ 7.324 (2018: R\$ 4.503 e 2017: 4.503), sejam consumidos nos prazos de 12 a partir da data base de cada demonstração financeira.

- (d) Ressarcimento de ICMS-ST sobre perdas de mercadorias, compondo o montante de R\$ 5.306 em 31 de dezembro de 2019 (2018: R\$ 3.777). A Companhia formalizou os devidos registros legais e a expectativa de realizar o montante no prazo de 12 meses.

14 Direitos sobre precatórios (Controladora e Consolidado)

Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

	2019	2018	2017
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	42.925	32.897	32.897
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	5.804	4.441	4.441
Outros precatórios estaduais (c)	<u>1.431</u>	<u>1.431</u>	<u>1.431</u>
	<u>50.160</u>	<u>38.769</u>	<u>38.769</u>

- (a) Os créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre a Companhia e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016, somam em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 42.925 (2018 e 2017: R\$ 32.897), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR, acrescido de juros de IPCA-E. O valor de atualização do respectivo crédito no resultado da Companhia no exercício corrente é de R\$ 10.028.
- (b) Os créditos remanescentes no valor de R\$ 5.804 (R\$ 4.441 em 2018 e 2017) são provenientes da conciliação efetuada em 18 de dezembro de 2014, onde a Companhia detinha em um único precatório o valor de R\$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R\$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito. Em 31 de dezembro de 2019, os valores estão atualizados com critérios aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), sendo o saldo remanescente de R\$ 5.804 e atualização do resultado da Companhia de R\$ 1.363 no exercício de 2019. A perspectiva para a realização do créditos remanescentes é até 31/12/2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.
- (c) Os demais créditos de precatórios, que somam R\$ 1.431, registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo. Tais precatórios serão realizados até 31 de dezembro de 2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

15 Outros ativos

Os valores a receber estão assim compostos:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Outros ativos - partes relacionadas						
Com. de medicamentos Maeoka Ltda. (c).	10.075	9.902	9.748	10.075	9.902	9.748
Nissei Administradora de Bens (c).	1.843	1.843	-	-	-	-
Hiperzoo Pet Shop	-	-	-	3.221	3.220	3.220
Antecipação de lucros	2.226	-	-	4.541	1.587	-
Mútuo de sócios (c)	<u>3.702</u>	<u>3.702</u>	<u>3.702</u>	<u>9.837</u>	<u>9.790</u>	<u>8.001</u>
Total outros ativos - partes relacionadas	<u>17.846</u>	<u>15.447</u>	<u>13.450</u>	<u>27.674</u>	<u>24.499</u>	<u>20.969</u>

Acordos comerciais a receber (a)	30.703	15.884	13.676	30.703	15.884	13.676
Antecipações para colaboradores	3.082	2.605	2.346	3.082	2.605	2.346
Antecipações a fornecedores	2.972	2.039	2.464	2.972	2.509	3.126
Prêmios de seguros	854	418	532	854	490	532
Bloqueios judiciais (b)	3.094	3.097	-	3.094	3.097	-
Outros	2.368	1.271	2.267	6.753	3.440	4.499
Total outros ativos - terceiros	43.073	25.314	21.285	47.458	28.025	24.179
Total outros ativos	60.919	40.761	34.735	75.132	52.524	45.148
Ativo circulante	39.404	21.975	21.133	41.299	22.533	21.631
Ativo não circulante	21.515	18.786	13.602	33.833	29.991	23.517

- (a) Os saldos a receber de acordos comerciais referem-se a negociações com fornecedores de mercadorias para venda diferenciada de seus produtos nas lojas da rede. Compreendem descontos financeiros no momento da venda ao consumidor e associados a programas de benefícios, verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e abatimento por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas.
- (b) Os valores de bloqueios judiciais (recebíveis) no montante de R\$ 3.094 (2018: R\$ 3.097) referem-se à processo de débitos tributários de ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços liquidados em 18 de dezembro de 2014 junto ao estado do Paraná com utilização de direitos sobre precatórios estaduais, devidamente autorizados pela Procuradoria do Estado do Paraná. Os bloqueios judiciais estão em processo de desbloqueio, e serão liberados em conta corrente da Companhia, conforme liberação dos montantes dos processos.
- (c) Veja detalhes na nota explicativa 16.

16 Outros investimentos (Controladora e Consolidado)

A Companhia habilitou-se para aquisição da massa falida Comércio de Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coletto, conforme processo judicial em andamento na 2ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Recuperações da Comarca de Curitiba - PR, e ao final do processo irá absorver o patrimônio da referida massa falida face aos pagamentos realizados pela Companhia aos demais credores. Os bens da massa falida são substancialmente terrenos e imóveis localizados na região de Curitiba-Paraná. Os saldos estão assim compostos:

	2019	2018	2017
Aquisição sub judice	4.598	4.598	4.598
Liquidações de dívidas	3.553	3.553	3.553
Parcelamentos federais	2.583	2.583	2.583
Parcelamentos estaduais	227	227	227
Parcelamentos municipais	36	36	36
Outros	1.457	715	685
	12.454	11.712	11.682

Os valores supracitados estão demonstrados a valores originais e compreendem pagamentos de débitos tributários, gastos com reformas em imóveis e credores privilegiados, trabalhistas e quirografários.

Não há quaisquer passivos contenciosos relacionados.

17 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em aberto foram precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos. Abaixo demonstramos os saldos:

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Ativo não circulante						
Com. de medicamentos Maeoka Ltda. (a).	10.075	9.902	9.748	10.075	9.902	9.748
Nissei Administradora de Bens (b).	1.843	1.843	-	-	-	-
Hiperzoo Pet Shop (d)	-	-	-	3.221	3.220	3.220
Antecipação de lucros aos acionistas	2.226	-	-	4.541	1.587	-
Mútuo de sócios (c)	3.702	3.702	3.702	9.837	9.837	8.001
Total do ativo não circulante	17.846	15.447	13.450	27.674	24.499	20.969
Passivo não circulante						
Nissei Administradora de Bens (b)	1.674	3.919	4.829	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	289	-	-	289
Total do passivo não circulante	1.674	3.919	5.118	-	-	289

- (a) Os valores em aberto com a parte relacionada Comércio de Medicamentos Maeoka envolve direitos a receber da sociedade, os quais estão em trâmites de dissolução administrativas entre as partes. O acordo entre as partes não estabelece atualização do saldo em aberto por taxa de juros e prazos para pagamento.
- (b) As movimentações a receber da controlada Nissei Administradora de Bens Ltda. referem-se à conta corrente entre as partes. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas, pois a administração entende que os valores são integralmente recebíveis. O acordo entre as partes não prevê prazos para liquidação dos valores.
- (c) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes não prevê prazo para pagamento e atualização dos saldos por taxa de juros.
- (d) O montante de R\$ 3.221 refere-se ao mútuo entre a Nissei Administradora de Bens e o Hiperzoo Pet Shop, cujo acionista majoritário é acionista da Nissei. As condições negociadas entre as partes não prevê atualização dos saldos por taxa de juros e o prazo para pagamento está classificado como longo prazo.

A Companhia possui imóveis locados da controlada. As transações de aluguel são precificadas com base em condições de mercado e são liquidados em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos exercícios:

	2019	2018	2017
Centro Logístico e Administrativo Colombo	-	-	1.515
Centro de Treinamentos Nissei	315	302	300
Depósito Parolin – Manutenção	-	-	277
Loja Nissei - Champagnat Batel	64	11	-
Loja Nissei - Alto da VX 24 horas	353	337	329
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	107	104	101
Loja Nissei - Praia de Leste	140	134	131
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	122	116	62
Outros aluguéis	661	597	721
	1.762	1.601	3.436

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da administração inclui a distribuição de pró-labore mensal destinado à presidência e aos diretores, totalizando em 2019 o montante de R\$ 1.628 (2018: R\$ 958 e 2017: R\$ 511). As participações no capital social da controladora e controlada estão distribuídas, conforme segue:

Farmácia e Drogeria Nissei S.A. - O capital social está representado por 21.720.362 ações ordinárias nominativas, sem de valor nominal, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

Nissei Administradora de Bens Ltda. - O capital social está representado por 55.923.439 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00, pertencentes à Patrícia Maeoka (0,0004%), Alexandre Maeoka (0,0004%), Sergio Maeoka (0,0350%) e a Farmácia e Drogeria Nissei S.A. (99,9642%).

18 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos saldos

	2019	2018	2017
Investimento em controlada	107.261	107.118	105.300

b. Movimentação dos saldos

	<u>Nissei Adm. Bens</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2017	109.591
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital	1.771
(-) Distribuição de dividendos	(12.535)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	6.473
Saldo em 31 de dezembro de 2017	105.300
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital	3.506
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(1.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	107.118
(+) Resultado de equivalência patrimonial	143
Saldo em 31 de dezembro de 2019	107.261

c. Detalhes da investida

Balanco patrimonial	2019	2018	2017
Ativo circulante	2.003	1.616	1.396
Ativo não circulante	134.369	135.351	131.608
Ativo total	136.372	136.967	133.004
Passivo circulante	3.136	3.625	3.438
Passivo não circulante	25.917	26.172	24.213
Patrimônio líquido	107.319	107.170	105.353
Total do passivo e patrimônio líquido	136.372	136.967	133.004
Demonstração do resultado			
Receitas líquidas	3.495	2.351	28.463
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	145	(1.690)	6.474
Participação Nissei (%)	99,96%	99,96%	99,96%
Equivalência patrimonial	143	(1.688)	6.473

19 Ativo biológico (Consolidado)

A controlada mantém investimentos em plantações de pinus e eucaliptos, sendo os mesmos acompanhados periodicamente nos preceitos do CPC 29 / IAS 41 e CPC 46 / IFRS 13, reconhecendo seus efeitos nas demonstrações contábeis do Grupo, considerando certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos biológicos correspondem à plantação de árvores, basicamente representada por eucaliptos e pinus com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos), em uma área total cultivada de 2.307 hectares em 2019 (2.215 hectares em 2018 e 2.191 hectares em 2017). Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, no grupo de outras despesas e receitas operacionais.

a. Mensuração dos valores justos

A Companhia avalia o ativo biológico por mensuração baseada em mercado, objetivando estimar o preço pelo qual uma transação de venda ou transferência não forçada do ativo deveria ocorrer, seguindo os preceitos do CPC 46 / IFRS 13.

A mensuração dos valores justos da madeira em pé e seus inputs foram classificadas pela quantidade do volume comercial calculada através do Incremento Médio Anual – IMA e a previsão ou planejamento de manejo correspondente a cada região.

Abaixo segue demonstrativo do resultado dos estudos do valor justo menos despesa de venda:

	2019	2018	2017
Saldo de início do exercício	36.204	34.331	37.874
Novos investimentos	1.307	1.367	1.549
Varição por mudança no valor justo	2.512	506	(5.085)
Outras movimentações	-	-	(7)
Saldo no final do exercício	40.023	36.204	34.331

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Madeira em pé - pinus e eucaliptos com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para 17 anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> • Preços futuros estimados de madeira por m³ (2019: R\$ 5,00 - 140,00, média ponderada de 65,00; 2018: R\$ 15,00 - 160,00, média ponderada de R\$ 83,00; 2017: R\$ 15 a 60, média ponderada de R\$84). • Custo de manutenção do plantio por hectare (2019: 120,00 - 450,00, média ponderada de R\$ 263,00; 2018: 60 - 300,00, média ponderada de R\$ 170,00; ; 2017: 60-300, média ponderada R\$170) • Taxa de desconto ajustada ao risco (2019 - 9,5%; 2018: 10%) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os preços da madeira forem superiores (inferiores); • os custos de manutenção do plantio forem menores (maiores); ou • a taxa de desconto ajustada ao risco forem menores (maiores).

20 Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

Controladora	2019			2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado									
Benfeitorias em imóvel de terceiros	66.687	(34.808)	31.879	59.737	(26.313)	33.424	35.039	(20.256)	14.783
Equipamentos de informática	24.103	(14.185)	9.918	21.691	(11.283)	10.408	12.991	(9.212)	3.779
Instalações	25.649	(11.118)	14.531	23.751	(9.321)	14.430	7.144	(6.931)	213
Máquinas e equipamentos	7.297	(4.540)	2.757	7.119	(3.905)	3.214	6.615	(3.279)	3.336
Móveis e utensílios	55.278	(24.414)	30.864	49.732	(19.483)	30.249	41.938	(16.488)	25.450
Veículos de uso	6.507	(4.910)	1.597	6.902	(4.560)	2.342	6.600	(4.466)	2.134
Direito de uso – arrendamento (CPC 06 R2)	181.716	(44.071)	137.645	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	1.266	-	1.266	1.397	-	1.397	209	-	209
Total	368.503	(138.046)	230.457	170.329	(74.865)	95.464	110.536	(60.632)	49.904

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017*

Consolidado Descrição	2019			2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado									
Terrenos	59.736	-	59.736	62.228	-	62.228	62.436		62.436
Edificações	21.330	(4.177)	17.153	22.618	(3.525)	19.093	22.732	(2.988)	19.744
Benfeitorias em imóvel de terceiros	66.687	(34.808)	31.879	59.737	(26.314)	33.423	35.039	(20.356)	14.683
Equipamentos de informática	24.116	(14.198)	9.918	21.704	(11.296)	10.408	13.004	(9.255)	3.749
Instalações	25.649	(11.118)	14.531	23.751	(9.321)	14.430	7.144	(6.931)	213
Máquinas e equipamentos	7.552	(4.733)	2.819	7.340	(4.083)	3.257	6.835	(3.474)	3.361
Móveis e utensílios	55.486	(24.570)	30.916	49.939	(19.619)	30.320	42.146	(16.561)	25.585
Veículos de uso	10.204	(7.106)	3.098	9.670	(6.631)	3.039	9.211	(6.764)	2.447
Direito de uso– Arrendamento(CPC 06 R2)	181.716	(44.071)	137.645						
Imobilizado em andamento	1.267	-	1.267	1.397	-	1.397	209		209
Total	453.743	(144.781)	308.962	258.384	(80.789)	177.596	198.756	(66.329)	132.427

Com a adoção do CPC06 (R2) / IFRS16, a Companhia iniciou a partir de 1º de janeiro de 2019, o registro do direito de uso sobre os contratos de arrendamento. Desta forma, as adições do período incluem o valor de R\$ 181.716. Vide detalhes na nota explicativa 23.

b. Movimentação do ativo imobilizado

Custo	Controladora								Total
	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso Arrendamento	Imobilizado em andamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.671	10.369	7.147	33.565	6.436	30.119	-	1.053	95.360
Adições	77	2.618	-	8.433	177	4.658	-	2.767	18.730
Baixas	(148)	(3)	(3)	-	-	(3.665)	-	-	(3.819)
Transferências	-	7	-	(60)	2	3.927	-	(3.611)	265
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.600	12.991	7.144	41.938	6.615	35.039	-	209	110.536
Adições	1.316	8.645	10.506	14.047	535	18.260	-	9.668	62.977
Baixas	(1.014)	-	(29)	(133)	(6)	(2.002)	-	-	(3.184)
Transferências	-	55	6.130	(6.120)	(25)	8.440	-	(8.480)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.902	21.691	23.751	49.732	7.119	59.737	-	1.397	170.329
Impacto na adoção do IFRS16	-	-	-	-	-	-	182.264	-	182.264
Adições	679	2.412	1.916	5.619	178	2.853	-	5.255	18.912
Baixas	(1.074)	-	(18)	(73)	-	(1.129)	(548)	(160)	(3.002)
Transferências	-	-	-	-	-	5.226	-	(5.226)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.507	24.103	25.649	55.278	7.297	66.687	181.716	1.266	368.503

Depreciação acumulada	Controladora							Total
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Equipamentos de informática	Direito de uso – Arrendamento	Benfeitorias em imóvel de terceiros	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(6.615)	(2.672)	(3.526)	(12.994)	(8.146)	-	(16.754)	(50.707)
Adições	(316)	(607)	(1.026)	(3.500)	(1.066)	-	(4.472)	(10.987)
Baixas	-	-	86	6	-	-	970	1.062
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.931)	(3.279)	(4.466)	(16.488)	(9.212)	-	(20.256)	(60.632)
Adições	(2.390)	(626)	(1.097)	(2.995)	(2.071)	-	(7.302)	(16.481)
Baixas	-	-	1.003	-	-	-	1.245	2.248
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.321)	(3.905)	(4.560)	(19.483)	(11.283)	-	(26.313)	(74.865)
Adições	(1.803)	(635)	(963)	(4.946)	(2.902)	(44.071)	(9.361)	(64.681)
Baixas	6	-	613	15	-	-	866	1.500
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.118)	(4.540)	(4.910)	(24.414)	(14.185)	(44.071)	(34.808)	(138.046)

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Custo	Consolidado										
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos e informática	Veículos	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso – Arrendamento	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.774	32.361	7.147	6.656	33.773	10.382	9.375	30.119	-	1.053	195.640
Adições	-	1.988	-	177	8.433	2.618	77	4.658	-	2.767	20.718
Baixas (a)	(2.338)	(11.617)	(3)	-	-	(3)	(241)	(3.665)	-	-	(17.867)
Transferências	-	-	-	2	(60)	7	-	3.927	-	(3.611)	265
Saldo em 31 de dezembro de 2017	62.436	22.732	7.144	6.835	42.146	13.004	9.211	35.039	-	209	198.756
Adições	1.430	-	10.506	535	14.047	8.645	2.020	18.260	-	9.668	65.111
Baixas	(1.638)	(114)	(29)	(5)	(134)	-	(1.561)	(2.002)	-	-	(5.483)
Transferências	-	-	6.130	(25)	(6.120)	55	-	8.440	-	(8.480)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	62.228	22.618	23.751	7.340	49.939	21.704	9.670	59.737	-	1.397	258.384
Impacto na adoção do IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	182.264	-	182.264
Adições	564	49	1.916	212	5.620	2.412	1.812	2.853	-	5.256	20.694
Baixas	(3.056)	(1.337)	(18)	-	(73)	-	(1.278)	(1.129)	(548)	(160)	(7.599)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	5.226	-	(5.227)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59.736	21.330	25.649	7.552	55.486	24.116	10.204	66.687	181.716	1.266	453.743

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Consolidado									
Depreciação acumulada	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em Imóvel de terceiros	Direito de uso – Arrendamento	Edificações	Total Depreciação
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(6.615)	(2.937)	(5.575)	(13.130)	(8.159)	(16.654)	-	(3.453)	(56.523)
Adições	(316)	(628)	(1.336)	(3.500)	(1.066)	(4.472)		(519)	(11.837)
Baixas	-	14	136	27	-	870	-	984	2.031
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.931)	(3.551)	(6.775)	(16.603)	(9.255)	(20.256)	-	(2.988)	(66.153)
Adições	(2.390)	(648)	(1.336)	(3.016)	(2.071)	(7.303)		(537)	(17.301)
Baixas	-	-	1.480	-	-	1.361	-	-	2.841
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.321)	(4.199)	(6.631)	(19.619)	(11.326)	(26.198)	-	(3.525)	(80.789)
Adições	(1.803)	(534)	(1.292)	(4.966)	(2.902)	(9.476)	(44.071)	(652)	(65.696)
Baixas	6	-	817	15	-	866	-	-	1.704
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.118)	(4.733)	(7.106)	(24.570)	(14.198)	(34.808)	(44.071)	(4.177)	(144.781)

Operação de venda de imóvel (Controlada)

- (a) Em 29 de junho de 2017, foi alienado o imóvel urbano localizado em Colombo/PR registrado na Controlada, pelo montante de R\$ 25.600 para a CLMB Empreendimentos Imobiliários Ltda., sendo a negociação ocorrida da seguinte forma: R\$ 25.000 recebido a vista e 1 parcela de R\$ 600 com vencimento para 2018. O valor total de baixa de custo de imobilizado foi de R\$ 13.955 (R\$ 2.238 de terrenos e R\$ 11.617 de edificações).

No mesmo período foi firmado contrato de aluguel do imóvel entre CLMB Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Companhia, com fins comerciais, para desenvolvimento das atividades no Contrato Social do locatário, pelo valor mensal de R\$ 270, pelo prazo de 120 meses, podendo ser renovado por igual período, desde que haja acordo entre as partes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Companhia e sua controlada possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 23.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

21 Intangível

Custo	Controladora			Total	Consolidado
	Software em uso	Software em desenvolvimento	Fundo de comércio		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.805	216	10.351	16.372	16.372
Adições	3.824	1.744	634	6.202	6.202
Baixas	-	-	(390)	(390)	(390)
Transferências	255	(220)	(300)	(265)	(265)
Amortizações	(2.494)	-	-	(2.494)	(2.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.390	1.740	10.295	19.425	19.425
Adições	5.337	3.381	807	9.525	9.525
Baixas	-	-	(759)	(759)	(759)
Transferências	5.121	(5.121)	-	-	-
Amortizações	(3.524)	-	(68)	(3.592)	(3.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.324	-	10.275	24.599	24.599
Adições	1.718	-	800	2.518	2.524
Baixas	-	-	(240)	(240)	(240)
Amortizações	(4.601)	-	(120)	(4.721)	(4.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.441	-	10.715	22.156	22.162

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. A Companhia realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

O acréscimo na rubrica “Software” refere-se aos custos de implementação de novos sistemas e substituição do banco de dados.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliado ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso da Companhia referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados para da UGC.

22 Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Fornecedores de mercadorias	244.065	216.493	189.980	244.065	216.493	189.980
Fornecedores de bens e serviços	10.470	10.908	10.996	10.593	11.215	11.485
	<u>254.535</u>	<u>227.401</u>	<u>200.976</u>	<u>254.658</u>	<u>227.708</u>	<u>201.465</u>

23 Arrendamentos a pagar

A Controladora arrenda uma série de imóveis para o seu espaço de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

Para o reconhecimento inicial do direito de uso e obrigações com arrendamentos foram consideradas as seguintes premissas:

- Arrendamentos baseados em aluguéis variáveis, ou seja, os quais são adicionais e baseados em percentual do faturamento da loja no período do contrato, não foram considerados na base de reconhecimento inicial. Os montantes são reconhecidos em resultado.

- O início do prazo de arrendamento considera a data em que a Controladora passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez

que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.

Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

- Aluguéis comerciais: em virtude desse tipo de contrato possuir diversos tipos de prazos, definiu-se utilizar as seguintes premissas:
 - Contratos de lojas com contratos de prazos originais ou aditivos de renovações vigentes e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo restante do contrato.
 - Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo de 60 meses.
 - Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.
- Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.

A Controladora avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo exercer as opções de renovação, considerando se haverá um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias sob seu controle.

A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou em 0,91% a.m., a qual dentro das análises da Companhia correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.

Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo no final do prazo contratual, foram consideradas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Controladora reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações de planos comerciais estratégicos e intenção dos locadores na continuidade do contrato.

Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

A Controladora ressalta que irá acompanhar periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01 / IAS 36 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Movimentação	Contrato arrendamentos
Passivo reconhecido em 1º de janeiro de 2019 (vide nota explicativa 5)	<u>148.382</u>
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.882
Pagamentos efetivados - principal	(38.129)
Pagamentos efetivados – juros	(15.725)
Juros reconhecidos no resultado	15.918
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	<u>(1.118)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>143.210</u>
Passivo circulante	41.580
Passivo não circulante	<u>101.630</u>

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

Menos de 1 ano	41.580
Entre 1 e 5 anos	89.480
Mais de 5 anos (Centro de distribuição)	<u>12.150</u>
Total do arrendamento mercantil	<u>143.210</u>
Terceiros	141.536
Partes relacionadas	<u>1.674</u>
Total	<u>143.210</u>

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Direito de uso de arrendamento	
Ativo reconhecido em 01 de janeiro de 2019	<u>148.382</u>
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.882
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(548)
Depreciação no período	<u>(44.071)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>137.645</u>

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CMV (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possa chegar a informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada: 10,92% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA): 3,6% a.a.
- Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo):

Ano	R\$
2020	41.580
2021	30.866
2022	30.131
2023	24.266
2024	4.127
2025 em diante	12.150
Total	143.120

24 Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

Moeda estrangeira

Descrição	Indexador	Controladora			Consolidado		
		2019	2018	2017	2019	2018	2017
<i>CDC</i>							
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	40.746	-	-	40.746	-	-
Total		40.746	-	-	40.746	-	-

Moeda nacional

Descrição	Indexador	Controladora			Consolidado		
		2019	2018	2017	2019	2018	2017
Capital de giro							
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	78.246	50.594	40.383	78.246	50.594	40.383
Banco Paulista	Pré fixada + pós fixada (CDI)	3.751	7.027	7.235	3.751	7.027	7.235
Banco do Brasil	Pré fixada + pós fixada (CDI)	7.322	24.680	29.646	7.322	24.901	29.646
Banco Santander	Pré fixada + pós fixada (CDI)	2.992	5.212	6.715	2.992	5.212	6.715
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	7.737	20.184	-	7.737	20.184	-
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada (CDI)	38.309	15.012	-	38.309	15.012	-
Banco Itaú	Pré fixada + pós fixada (CDI)	2.136	10.526	10.178	2.136	10.526	10.178
Banco Daycoval	Pós fixada (CDI)	6.858	-	-	6.858	-	-
Total		147.351	133.235	94.157	147.351	133.456	94.157
Leasing							
Banco Safra	Pré fixada	161	341	782	326	651	782
Banco Daycoval	Pré fixada	441	766	218	441	766	218
HP Financial	Pré fixada	2.449	2.563	1.485	2.449	2.563	1.485
Total		3.051	3.670	2.485	3.216	3.980	2.485
Finames							
Banco do Brasil	Pré fixada	-	354	880	-	354	880
Total		-	354	880	-	354	880
CDC							
Banco Safra	Pré fixada	415	-	-	688	-	-
Bradesco	Pré fixada	520	770	-	732	770	-
Banco Itaú	Pré-Fixada	303	-	-	303	-	-
Banco Lage Landen	Pré fixada	-	83	194	-	83	194
Total		1.238	853	194	1.723	853	194
Total de empréstimos e financiamentos		192.386	138.112	97.716	193.036	138.643	97.716
Circulante		46.917	100.100	56.994	47.263	100.328	56.994
Não circulante		145.469	38.012	40.722	145.773	38.315	40.722

Covenants financeiros

A Companhia não possui cláusulas de vencimento antecipado contendo índices financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 30 de junho de 2020.

Cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

Alguns instrumentos de dívida possuem cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia.

Taxas de juros nominais

Companhia trabalha com juros pré-fixados e juros pós-fixados. As taxas médias destes juros são:

2019:

Pré-fixado - Juros médios de 1,15 % a.m.

Pós fixados - Juros médios de CDI + 0,42% a.m.

2018:

Pré-fixado - Juros médios de 1,24 % a.m.

Pós fixados - Juros médios de CDI + 0,39% a.m.

2017:

Pré-fixado - Juros médios de 1,2 % a.m.

Pós fixados - Juros médios de CDI + 0,66% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos da Companhia os seguintes bens e direitos em 31 de dezembro de 2019:

- Aval dos acionistas
- Fluxo de carteira de cartão de crédito
- Aplicações financeiras (nota explicativa 9 e 10)
- Fluxo de outros recebíveis (convênios)
- Ativos imobilizados da Companhia e da Controlada, sendo:
 - Fazenda de Guarapuava, incluindo o ativo biológico.
 - Alienação fiduciária de estoques no valor de R\$ 7.300.
 - Veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.

Não há qualquer outro ativo da Companhia e controlada arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos no ano compreendem:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.2017	116.711	116.711
Captações	86.349	86.349
Juros e atualizações	19.371	19.371
(-) Pagamento do principal	(102.989)	(102.989)
(-) Pagamento de juros	(21.726)	(21.726)
Saldo em 01.01.2018	97.716	97.716
Captações	192.635	193.339
Juros e atualizações	9.382	9.382
(-) Pagamento do principal	(149.721)	(149.811)
(-) Pagamento de juros	(9.227)	(9.310)
(-) Custos da transação	(4.218)	(4.218)
Amortização de custo da transação	1.545	1.545
Saldo em 2018	138.112	138.643
Captações	160.552	160.912
Juros e atualizações	12.577	12.621
(-) Pagamento do principal	(105.852)	(106.097)
(-) Pagamento de juros	(13.542)	(13.582)
(-) Custos da transação	(1.795)	(1.795)
Amortização de custo da transação	2.334	2.334
Saldo em 2019	192.386	193.036

Cronograma de pagamento em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
2020	46.917	46.917
2021	26.119	26.769
2022	32.461	32.461
2023	31.931	31.931
2024	31.931	31.931
2025	14.416	14.416
2026	8.611	8.611
Total	192.386	193.036

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado da Companhia nas renegociações de empréstimos junto aos Bancos do Brasil e Safra, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo movimento:

Saldo em 2017	-
(-) Custos da transação	(4.218)
Amortização de custo da transação	<u>1.545</u>
Saldo em 2018	<u>(2.674)</u>
(-) Novos custos da transação	(1.795)
Amortização de custo da transação	<u>2.334</u>
Saldo em 2019	<u>2.134</u>

25 Debêntures (Controladora e Consolidado)

	2019	2018	2017
Primeira série (custo amortizado)	149.110	131.250	102.610
Segunda série (valor justo)	<u>40.602</u>	<u>37.041</u>	<u>47.094</u>
Total	<u>189.712</u>	<u>168.291</u>	<u>149.704</u>
Passivo circulante	88.806	3.693	2.084
Passivo não circulante	<u>100.906</u>	<u>164.598</u>	<u>147.620</u>

A operação realizada em 29 de outubro de 2017 no montante total de R\$ 153.061 é composta por emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, está subdividida em duas séries. A primeira série possui vencimento final em 31 de outubro de 2021 e, a segunda série deverá ser liquidada até 31 de outubro de 2023, iniciando o direito de exercício a partir do 48º mês do contrato (31 de outubro de 2021) e em conjunto com o vencimento da primeira série.

As premissas de remuneração do contrato caracterizam a operação como um contrato combinado de forma que no reconhecimento inicial, a primeira série R\$ 149.110 em 2019 (R\$ 131.250 em 2018 e 102.610) é registrada pelo custo amortizado, e a segunda série R\$ 40.602 em 2019 (R\$ 37.041 em 2018 e 47.094 em 2017) por valor justo.

Após o reconhecimento inicial, a primeira série é mensurada pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, e, a segunda série, anualmente é mensurada pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, para classificação dos saldos do passivo circulante, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração. Embora não haja previsão contratual em relação ao prazo para liquidação do montante R\$ 76.782 registrado no passivo circulante, a Companhia vem envidando esforços para repactuar suas dívidas através de contratações de linhas de crédito com custos menores ou extensão das linhas existentes, cujos recursos serão utilizados para amortização destas debêntures. Adicionalmente, há previsão contratual para pagamento de R\$ 12.024 entre os meses de abril e novembro de 2020.

Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Debêntures série 1	Debêntures série 2	Total
Total do principal emitido	106.490	46.571	153.060
(+) Atualização de juros - série 1	3.847	-	3.847
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	523	523
(-) Custos da transação	(7.727)	-	(7.727)
Total das movimentações	(3.880)	523	(3.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	102.610	47.094	149.704
Parcela passivo circulante	2.084	-	2.084
Parcela passivo não circulante	100.526	47.094	147.620
(+) Apropriação custo da transação	2.024	-	2.024
(+) Atualização de juros - série 1	14.352	-	14.352
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	(10.053)	(10.053)
(+) Incorporação de 50% dos juros - série 1 (*)	24.528	-	24.528
(-) Pagamento de juros	(12.264)	-	(12.264)
Total das movimentações	28.640	(10.053)	18.587
Saldo em 31 de dezembro de 2018	131.250	37.041	168.291
Parcela passivo circulante	3.693	-	3.693
Parcela passivo não circulante	127.557	37.041	164.598
(+) Apropriação custo da transação	2.013	-	2.013
(+) Atualização de juros - série 1	330	-	330
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	3.561	3.561
(+) Incorporação de 50% dos juros - série 1 (*)	31.034	-	31.034
(-) Pagamento de juros	(15.517)	-	(15.517)
Total das movimentações	17.860	3.561	21.421
Saldo em 31 de dezembro de 2019	149.110	40.602	189.712
Parcela passivo circulante	88.806	-	88.806
Parcela passivo não circulante	60.304	40.602	100.906

(*) O pagamento de juros da primeira série é dividido em parcelas semestrais, sendo que 50% da remuneração deve ser liquidada em dinheiro, e 50% deve ser capitalizada e incorporada ao saldo do valor nominal da totalidade das debêntures, os quais deverão ser integralmente quitados na data de vencimento da primeira série.

Primeira série

Cada uma das debêntures da primeira série fará jus a juros simples pré-fixados entre 14,5% a 16,5% a.a. nos primeiros 12 meses e 18% a.a. a partir do 13º mês, capitalizados semestralmente. O prazo de vencimento é de 48 meses a partir da emissão das Debêntures (29 de outubro de 2017). Foram emitidas 153.061.000 debêntures na modalidade no valor de R\$ 1.

Para o cálculo do custo amortizado, foi considerado o fluxo previsto de pagamentos baseado na melhor estimativa da Administração.

Segunda série

A segunda série das debênture é remunerada considerando:

a. Com evento de liquidez

Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico da Companhia; e

b. Sem evento de liquidez

A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA Ajustado* acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.

*EBITDA Ajustado corresponde ao lucro da emissora antes dos juros, impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação, amortização, outras receitas (despesas) operacionais líquidas, despesas administrativas, despesas tributárias e líquido de qualquer efeito de AVP.

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado da Companhia no processo de emissão de debêntures foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo detalhamento:

- (a) Taxa de estruturação - Considerado a taxa de 2% do valor da operação, compreendendo o montante de R\$ 3.061, sendo realizado proporcional aos 48 meses da operação. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação da taxa de estruturação	3.061
Apropriações	
2017	(128)
2018	(765)
2019	(765)
	<hr/>
Saldo a apropriar	<u>1.403</u>

- (b) Serviços especializados para análise preliminar, remodelagem e avaliação econômica e estratégica da Companhia, bem como orientação no preparo das informações e documentos, prospecção, abordagem e negociação com financiadores interessados, remunerados a taxa de sucesso de 3% dos recursos liberados líquidos dos impostos. O valor compreende o montante de R\$ 4.992. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação de serviços especializados	4.992
Apropriações	
2017	(208)
2018	(1.248)
2019	(1.248)
	<hr/>
Saldo a apropriar	<u>2.288</u>

Antecipações despesas

As antecipações de estruturação, ainda não apropriados integralmente no resultado da Companhia, foram reduzidas do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do Debenturista. O montante inicial reconhecido foi de R\$ 1.300, sendo baixados conforme:

Contratação de serviços especializados	1.300
Apropriações	
2017	(54)
2018	(325)
2019	(325)
	<hr/>
Saldo a apropriar	<u>596</u>

Covenants

Os covenants financeiros, cuja data-base para apuração é 30 de outubro, são:

- (a) Obrigação de não-ocorrência das ações da Companhia e do fluxo de caixa de dividendos; vedação do endividamento adicional, com exceção das linhas para capital de giro desde que o saldo adicional de tais linhas não ultrapasse R\$ 30.000;
- (b) Indicador de liquidez através da fórmula: endividamento líquido (empréstimos e parcelamentos tributários, reduzido das disponibilidades) dividido pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses, a partir de outubro de 2017, devendo atingir no primeiro ano 3,5, no segundo ano 3,0, no terceiro ano 2,5 e no quarto ano 2,5; e
- (c) Distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da emissora e/ou quotistas da Nissei Administradora, valor que exceda R\$ 4.000 ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos.

Tendo em vista aos esforços da Companhia para repactuação das dívidas através de contratação de linhas de créditos ou extensão das linhas existentes, a Companhia obteve, em 4 de dezembro de 2019, a anuência do Debenturista, com vigência até 31 de outubro de 2020, quanto à não declaração do vencimento antecipado das obrigações da Companhia, em relação ao não cumprimento das cláusulas previstas nos itens (a) e (b), acima descritos.

Contudo, a anuência está condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações, de forma cumulativa:

- Quando do recebimento pela Companhia de valores oriundos de precatórios no valor mínimo de R\$ 35.000, sendo certo a utilização para amortização facultativa previstas no contrato com a debenturista;
- Autorização para utilização de bens em garantia de operações financeiras relacionadas, sendo os ativos biológicos, as fazendas de Guarapuava, Itaperuçu e Rio Branco e Condomínio Brava;
- Amortização parcial de debêntures, no valor de R\$ 8.000 até 30 de novembro de 2020, sendo R\$ 4.000 pagos até 30 de abril de 2020 e valor restante em 30 de novembro de 2020;
- Permanecer adimplente com todas as obrigações assumidas em âmbito da escritura e do contrato de alienação fiduciária.

Garantias

A operação está garantida por:

- (a) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia.
- (b) cessão fiduciária parcial dos dividendos distribuídos,
- (c) garantia pessoal (aval) do acionista controlador.

26 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora			Controladora		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Salários a pagar	9.253	8.301	7.455	9.278	8.321	7.481
FGTS a recolher	1.323	1.268	1.193	1.326	1.271	1.196
INSS a recolher	4.297	4.062	3.765	4.306	4.070	3.776
Provisão de férias e encargos	17.340	16.686	15.889	17.340	16.701	15.910
Prêmios de produtividade	6.735	3.256	-	6.735	3.256	-
Outras obrigações trabalhistas	676	810	466	713	810	466
	39.624	34.383	28.768	39.698	34.429	28.829

27 Parcelamentos de tributos

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, estão compostos de parcelamentos de tributos realizados pela controladora, sendo que os saldos estão assim compostos:

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
REFIS – Programa de recuperação fiscal						
Programa de regularização tributária – PRT	18.957	19.822	20.268	18.957	19.822	20.268
Programa especial de regularização tributária – PERT	11.840	12.333	16.048	11.840	12.333	16.048
	30.797	32.155	36.316	30.797	32.155	36.316
PAEX						
Lei 10552/2002	-	-	32	-	-	32
Parcelamento - Estado São Catarina	-	-	34	-	-	34
			66			66
Outros						
Lei 10552/2002	-	-	-	323	466	-
Lei 12.966/14	-	-	53	-	-	53
ISS - Prefeitura Municipal de Curitiba	-	-	281	-	-	281
Parcelamento - Estado São Catarina	-	6	77	-	6	77
	-	6	411	323	472	411
Total dos parcelamentos	30.797	32.161	36.793	31.120	32.627	36.793
Passivo circulante	3.182	3.168	4.675	3.353	3.328	4.675
Passivo não circulante	27.615	28.993	32.118	27.767	29.299	32.118

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de diversas condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vincendos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais.

28 Provisão para contingências e depósitos judiciais (Controladora e Consolidado)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2019	2018	2017
Demandas prováveis			
Trabalhistas e previdenciárias	2.270	3.434	4.583
Cíveis	5.592	4.977	1.794
	<u>7.862</u>	<u>8.411</u>	<u>6.377</u>
Depósitos judiciais			
Trabalhistas e previdenciárias	4.755	4.264	3.806
Cíveis	299	294	171
	<u>5.054</u>	<u>4.558</u>	<u>3.977</u>

Contingências trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Contingências cíveis

A Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 7.682 (R\$ 16.613 em 2018, R\$ 11.737 em 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Contingência ativa

A Companhia ajuizou mandado de segurança em março de 2017 para pleitear a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 26 de maio de 2020 o mandado impetrado pela Companhia transitou em julgado favoravelmente a empresa afastando a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com base no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento, a Companhia estimou, com auxílio de seus assessores tributários, crédito no montante de R\$ 9.326 a ser registrado no momento do trânsito em julgado.

29 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 o capital social está representado por 21.720.362 ações, ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$21.720 em 2019, 2018 e 2017, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é destinada à aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada Nissei Administradora de Bens optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição para as normas CPC's, pelo custo atribuído daquela data. Em decorrência da adoção do custo atribuído foram efetuados o registro de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquido do efeito do imposto de renda passivo diferido.

e. Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto da Companhia, do lucro remanescente após as deduções e constituições de reservas, será destinado valor necessário para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios das ações ordinárias de 10% (dez por cento), ajustados nos termos do artigo 202, da Lei 6.404/76 e limitado aos covenants das debêntures – nota explicativa 24. Durante os exercícios de 2017, 2018 e 2019 os acionistas aprovaram em atos societários legais a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.745, R\$ 2.316 e R\$ 48, respectivamente.

O juros sobre o capital próprio foram distribuídos atendendo o artigo 10 da Lei 9.249/1995, atendo os critérios legais e devidamente aprovados em Assembleia Geral.

30 Receita líquida

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Receita operacional bruta						
Vendas de mercadorias (a)	1.536.271	1.372.580	1.237.850	1.536.271	1.372.580	1.263.957
Verbas (b)	17.874	14.556	10.441	17.874	14.556	10.441
Prestação de serviços	3.670	3.064	2.750	5.414	3.898	2.750
	<u>1.557.815</u>	<u>1.390.200</u>	<u>1.251.041</u>	<u>1.559.559</u>	<u>1.391.034</u>	<u>1.277.148</u>
Deduções sobre vendas/serviços						
Impostos sobre vendas e serviços (c)	(52.052)	(38.443)	(33.698)	(52.052)	(38.527)	(34.778)
Devoluções e abatimentos	(8.033)	(6.870)	(5.703)	(8.033)	(6.870)	(5.703)
	<u>(60.085)</u>	<u>(45.313)</u>	<u>(39.401)</u>	<u>(60.085)</u>	<u>(45.397)</u>	<u>(40.481)</u>
Receita líquida	<u>1.497.730</u>	<u>1.344.887</u>	<u>1.211.640</u>	<u>1.499.474</u>	<u>1.345.637</u>	<u>1.236.667</u>

- (a) A Companhia mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo, medicamentos (marca, genérico, similar) ii) higiene e beleza, iii) Serviços e Manipulação, iv) Conveniência; e v) Alto Custo. As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado na região Sul do Brasil, diretamente a consumidores.
- (b) Os saldos registrados na rubrica “verbas” compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.
- (c) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

Receita de vendas por tipo de produto

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Vendas de mercadorias						
Medicamentos	921.221	844.843	773.377	921.221	844.843	773.377
<i>Marca</i>	681.505	638.176	569.653	681.505	638.176	569.653
<i>Genérico</i>	178.882	166.439	161.037	178.882	166.439	161.037
<i>Similar</i>	60.834	40.228	42.687	60.834	40.228	42.687
Higiene e beleza	482.429	416.441	371.128	482.429	416.441	371.128
Manipulação	9.227	8.784	8.405	9.227	8.784	8.405
Conveniência	111.698	94.016	78.216	111.698	94.016	78.216
Alto Custo	3.663	1.626	1.021	3.663	1.626	1.021
Outras receitas operacionais						
Vendas - propriedade para investimento	-	-	-	-	-	26.107
Verbas	17.874	14.556	10.441	17.874	14.556	10.441
Prestação de serviços	3.670	3.064	2.750	5.414	3.898	2.750
Impostos sobre vendas e serviços	(52.052)	(38.443)	(33.698)	(52.052)	(38.527)	(34.778)
Receita operacional líquida	<u>1.497.730</u>	<u>1.344.887</u>	<u>1.211.640</u>	<u>1.499.474</u>	<u>1.345.637</u>	<u>1.236.667</u>

31 Custos e despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Mercadorias vendidas	992.489	883.783	774.078	992.500	885.421	786.949
Despesas de pessoal	256.994	237.578	206.755	257.506	238.700	207.407
Depreciação e amortização (a)	69.402	20.073	13.481	70.384	20.893	11.837
Serviços de terceiros	28.557	31.086	26.730	28.876	31.549	28.098
Taxas de administração de operadoras de cartões	14.404	12.545	13.336	14.404	12.545	13.336
Despesas com manutenção	10.258	7.100	7.108	10.338	7.196	7.211
Fretes e carretos	6.806	5.691	4.606	6.806	5.691	4.606
Propaganda e publicidade	6.161	6.673	3.724	6.161	6.673	3.724
Despesas tributárias	2.220	3.076	7.230	2.220	3.076	7.230
Aluguéis de imóveis (a)	670	47.757	42.741	670	46.156	39.305
Outros	42.985	45.493	38.771	44.890	45.862	41.898
Total	1.430.946	1.300.855	1.138.560	1.434.755	1.303.762	1.151.601

Classificados como	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	992.489	883.783	774.078	992.500	885.421	786.949
Despesas administrativas	65.759	58.039	80.118	69.557	60.607	82.123
Despesas comerciais	372.698	359.033	284.364	372.698	357.734	282.529
Total de despesas	1.430.946	1.300.855	1.138.560	1.434.755	1.303.762	1.151.601

(a) A variação na conta de aluguel e depreciação acumulada está diretamente relacionada com a mudança de prática contábil – vide nota explicativa 5.

32 Resultado financeiro

Despesa financeira	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Juros sobre empréstimos	(48.288)	(51.831)	(23.218)	(48.332)	(51.831)	(23.218)
Resultado <i>Swap</i>	(144)	-	(486)	(144)	-	(486)
Ajuste a valor presente (i)	(21.379)	(23.654)	(34.480)	(21.379)	(23.654)	(34.480)
Juros passivos	(269)	(192)	(1.718)	(269)	(192)	(1.718)
IOF	(1.697)	(1.071)	(1.494)	(1.697)	(1.071)	(1.494)
Despesas bancária	(1.026)	(952)	(947)	(1.026)	(952)	(947)
Debêntures - Série 2	(3.561)	10.053	(523)	(3.561)	10.053	(523)
Variação cambial	(19)	-	(680)	(19)	-	(800)
Juros de arrendamentos (ii)	(15.918)	-	-	(15.918)	-	-
Outras despesas financeiras	(4.041)	(2.250)	(4.235)	(4.084)	(2.711)	(4.244)
Total	(96.342)	(69.897)	(67.781)	(96.429)	(70.358)	(67.910)

Receita financeira	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Ganhos na atualização precatório (nota explicativa 13)	11.390	-	1.590	11.390	-	1.590
Ganho na antecipação de parcelamentos	-	-	794	-	-	794
Ganho financeiros na adesão parcelamento- PERT	-	-	1.726	-	-	1.726
Rendimentos com aplicações financeiras	21	1.075	1.242	21	1.075	1.242
Descontos obtidos	32	52	1.358	32	52	1.358
Outros	585	196	92	593	310	153
Total	12.028	1.323	6.802	12.036	1.437	6.863

- (i) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior à 30 dias.
- (ii) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota 23.

33 Imposto de renda e contribuição social

Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Ativo não circulante						
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	3.582	3.164	-	3.582	3.164	-
Outras provisões (financeiras, estoques e outros)	4.841	3.104	-	4.841	3.104	-
Prejuízos fiscais a compensar	5.960	3.988	-	5.960	3.988	-
Total ativo não circulante	14.383	10.257	-	14.383	10.257	-
Passivo não circulante						
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	(23.618)	(23.719)	(24.213)
Total passivo não circulante	-	-	-	(23.618)	(23.719)	(24.213)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	14.383	10.257	-	(9.579)	(13.462)	(24.213)

Movimentação dos saldos – ativo diferido – controladora

O ativo diferido da controladora está composto em 34% sobre a base de provisões temporárias e prejuízo fiscal, abaixo apresenta-se a movimentação do ano:

Saldo em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>
(+) Incremento prejuízo fiscal e diferenças temporárias	<u>10.257</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>10.257</u>
(+) Incremento prejuízo fiscal e diferenças temporárias	<u>4.126</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>14.383</u>

Movimentação dos saldos – consolidado – passivo diferido

O passivo diferido na controlada referem-se ao custo atribuído (CPC 27 e ICPC 10) e estão constituídos as mesmas taxas dos impostos correntes. Abaixo demonstrativo de movimentação:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	<u>25.031</u>
(-) Realização de impostos diferidos	(132)
Baixa dos impostos diferidos pela venda de ativos	<u>(686)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>24.213</u>
(-) Realização de impostos diferidos	<u>(100)</u>
Baixa dos impostos diferidos pela venda de ativos	<u>(394)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>23.719</u>
(-) Realização de impostos diferidos	<u>(101)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>23.618</u>

A Companhia e sua controlada, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima que o saldo do imposto de renda diferido ativo contabilizado será realizado substancialmente nos próximos anos.

Corrente

Abaixo demonstramos a reconciliação de (despesas) receitas com o imposto de renda e a contribuição social do exercício:

	2019	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(18.370)	(26.430)	18.827
Imposto utilizando a alíquota nominal vigente (34%)	6.246	8.986	(6.401)
(+) Adições permanentes	(21.019)	(1.075)	(804)
Amortização de arrendamentos (CPC 6 (R2) / IFRS 16)	(14.984)	-	-
Juros de arrendamento (CPC 6 (R2) / IFRS 16)	(5.412)	-	-
Perda por equivalência patrimonial	-	(574)	-
Outras adições (brindes/multas/outras)	(623)	(502)	(804)
(-) Exclusões permanentes	18.553	-	2.201
Contraprestação arrendamento (CPC 6 (R2) / IFRS 16)	18.504	-	-
Ganho de equivalência patrimonial	49	-	2.201
Outros	347	2.448	(863)
	<u>4.126</u>	<u>10.359</u>	<u>(5.867)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	102	(5.867)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.126	10.257	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	4.126	10.359	(5.867)
Alíquota efetiva	-22,5%	-39,2%	31,2%

A Controlada apresentou imposto de renda e contribuição social sobre a receita de serviços o montante de R\$ 372 (2018: 248 e 2017: R\$ 1.197).

34 Instrumentos financeiros

(i) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de liquidez e estrutura de capital

Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia e sua controlada, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia e sua controlada possuem e seguem a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e sua controlada, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os fluxos de caixa futuros referentes à provisão pagamento debêntures podem ser diferentes dos montantes apresentados, uma vez que as condições relevantes das transações podem mudar.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 podem ser assim sumarizados (saldos do consolidado):

	2019	2018	2017
Total dos financiamentos e empréstimos	193.036	138.643	97.716
Debêntures	189.712	168.291	149.704
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(80.426)</u>	<u>(29.974)</u>	<u>(101.293)</u>
Dívida líquida	302.322	276.960	146.127
Patrimônio líquido	70.454	84.743	103.132
Índice de alavancagem financeira	<u>4,29</u>	<u>3,27</u>	<u>1,42</u>

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os saldos do balanço consolidado divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Financiamentos e empréstimos	47.263	58.884	78.278	8.611
Debêntures (série 1 + série 2)	88.806	100.906	-	-
Fornecedores	254.658	-	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e sua controlada, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo (consolidado)

	2019	2018	2017
Ativos financeiros:			
Avaliados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	80.426	29.974	101.293
Aplicações financeiras	10.001	-	-
Contas a receber de clientes	84.927	75.077	67.309
Outras contas a receber	<u>75.132</u>	<u>52.524</u>	<u>45.148</u>
	<u>250.486</u>	<u>157.575</u>	<u>213.750</u>
Passivos financeiros:			
Avaliados ao custo amortizado:			
Fornecedores	254.658	227.708	201.465
Empréstimos e financiamentos	193.036	138.643	97.716
Debênture série 1	149.110	131.250	102.610
Outras contas a pagar	<u>6.347</u>	<u>5.946</u>	<u>4.734</u>
	<u>603.151</u>	<u>503.547</u>	<u>406.525</u>

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

	2019	2018	2017
Passivos financeiros:			
Avaliados ao valor justo:			
Debêntures série 2	40.602	37.041	47.094
Empréstimos em moeda estrangeira, protegidos por SWAP	40.746	-	-

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 para os instrumentos financeiros do grupo de Ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures (série 1) da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

As técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial (debêntures - série 2), assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Previsão pagamento debêntures

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<p>Modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco. O pagamento esperado é determinado considerando cenários possíveis EBITDA projetado para 2021, o valor a ser pago em cada cenário e a probabilidade de ocorrência de cada cenário.</p>	<p>Previsão da taxa de crescimento anual da receita</p> <p>Previsão da margem do Ebitda</p> <p>Taxa de desconto ajustada ao risco</p>	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); • a margem do EBITDA fosse maior (menor); ou • a taxa de desconto ajustada o risco fosse menor (maior). <p>Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do Ebitda</p>

Ainda, as técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 1 para empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira protegidos por SWAP mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.	Não aplicável.	Não aplicável.

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em cada um dos exercícios (saldo contábil tendo por base o CDI de 5,94% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações nos exercícios:

Instituições financeiras e modalidades	Ano base	CDI	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	2019	5,94%	Alta do CDI	193.036	(2.867)	(5.733)
Financiamentos e empréstimos	2018	9,93%	Alta do CDI	138.643	(3.442)	(6.884)
Financiamentos e empréstimos	2017	9,93%	Alta do CDI	97.716	(2.426)	(4.852)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	Controladora e Consolidado					
	2019		2018		2017	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado (*)	3.298	762	-	-	-	-

(*) Ressalta-se que a Companhia não possuía empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qual uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

35 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação.

	2019	2018	2017
Média ponderada da quantidade de ações total	21.720.362	21.720.362	21.720.362
(Prejuízo) lucro atribuível aos detentores das ações (em R\$)	(14.244.000)	(16.071.000)	12.960.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	21.720.362	21.720.362	21.720.362
(Prejuízo) lucro por ação básico e diluído (em R\$)	(0,66)	(0,74)	0,60

36 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 2019, a Companhia registrou direito de uso de arrendamento no valor de R\$ 181.716 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes à adoção inicial e novos contratos reconhecidos no período. Não havendo transação em caixa na operação, estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e financiamento.

37 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando sua natureza de atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 360.562 para danos materiais.

38 Eventos subsequentes

COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global e em 11 de março decretou estado de pandemia.. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 não deverão ser impactadas de forma relevante o que não deverá impactar premissas previamente consideradas para as compensações dos valores recuperáveis dos nossos ativos.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 33 sobre riscos de mercado, temos limitada exposição à variação cambial do dólar norte-americano (USD), em função de empréstimo, contratado nessa moeda., os montantes estão descritos na nota 23 (a) CDC Moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos contratados nessas moedas estão protegidos (*hedge*). Os possíveis impactos do surto na nossa exposição à variação do dólar norte-americano e do euro estão contemplados na análise de sensibilidade relacionada à variação cambial na nota explicativa 33.

A Administração está avaliando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira das Companhias, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as principais medidas tomadas foram:

- Aumento de volume de compras com os fornecedores, para atender o aumento de demanda do mercado com as expectativas relacionadas à futura demanda dos produtos das Companhias, considerando o cenário atual do surto;

- Alongamento de prazos de Empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa 23). 76% desta dívida encontra-se em longo prazo.

- Em relação as Debêntures (vide nota explicativa 24), embora só exista previsão legal/contratual para pagamento de principal no curto prazo no montante de R\$ 8.000, a Companhia optou por considerar parte do principal, R\$ 76.782, no curto prazo. Tal fato se deve a estimativas da administração em antecipar este pagamento como forma de redução de custo financeiro e alongamento de amortização.

À exceção de operações bancárias com o objetivo de substituir o principal das debentures, conforme comentado no parágrafo anterior, no momento a Nissei não vê a necessidade de operações adicionais as que já existem ou estão em processo de contratação.

A Companhia avaliou perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração os fatos e circunstâncias atuais com o objetivo de verificar se, de fato, houve um aumento significativo no risco de crédito.

Conforme demonstrado na nota explicativa 11, a qual demonstra que o saldo a receber está substancialmente concentrado com as administradoras de cartões (Cielo, Rede e Safra), a Administração não identificou para estes saldos, e demais saldos da carteira, aumento no risco de crédito em relação a realização destes montantes.

Venda de investimento

Em 30 de junho de 2020, a Companhia formalizou a venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda.. Desta forma, saindo na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, devendo o montante ser pago pelos sócios da investida no prazo até 24 meses.